



Comissão
Europeia

[INVERNO 2013 ▶ N.º 48]

panorama

inforegio

▶ Política de coesão 2014-2020 Dinâmica em evolução

- ▶ Entrevista com José Manuel Barroso,
Presidente da Comissão Europeia
- ▶ A política reformada em 10 pontos
- ▶ Estados-Membros finalizam
os Acordos de Parceria
- ▶ A Política de Coesão 2014-2020
vista pelos Estados-Membros

Política
Regional
e Urbana



Lar de mais de 1 000 espécies de plantas de todo o mundo, o Projeto Eden na Cornualha, Reino Unido, é uma atração turística e uma obra de beneficência educacional. Recebeu um financiamento inicial superior a 30 milhões de euros por parte do FEDER.

▶ **EDITORIAL** **3**
Comissário Johannes Hahn

▶ **DESTAQUE**
POLÍTICA DE COESÃO 2014-2020

▶ **POLÍTICA DE COESÃO – UM VERDADEIRO MOTOR PARA O CRESCIMENTO NA EUROPA** **4-7**
Entrevista com o Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso

▶ **OS 10 PONTOS ESSENCIAIS DA POLÍTICA REVISTA** **8-9**

▶ **PRIORIDADES DE INVESTIMENTO PARA A POLÍTICA DE COESÃO REVISTA** **10-13**

▶ **NOTÍCIAS BREVES** **14-15**

▶ **NAS SUAS PRÓPRIAS PALAVRAS** **16-22**
O parecer das partes interessadas sobre a política de coesão 2014-2020

▶ **INFOGRÁFICO**
POLÍTICA DE COESÃO REFORMADA PARA A EUROPA **23-26**

▶ **UMA COMUNICAÇÃO MELHOR E MAIS EFICAZ** **27-31**

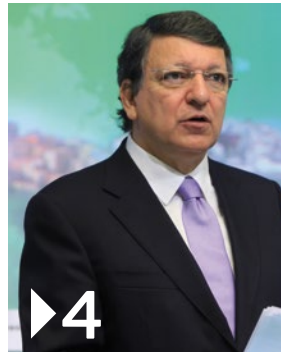
▶ **UM PAPEL FUNDAMENTAL PARA O PARLAMENTO EUROPEU NA REFORMA DA POLÍTICA DE COESÃO** **32-35**

▶ **NA CAMINHO DA DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS** **36-39**

▶ **RESULTADOS CUMULATIVOS E A LONGO PRAZO DA POLÍTICA DE COESÃO** **40-43**

▶ **PROJETOS** **44-47**
Exemplos de projetos do Chipre, da França, da Roménia e de Cooperação Territorial Europeia

▶ **AGENDA** **48**



▶4



▶10



▶27



▶36

Fotografias (páginas):
Capa: Projeto Eden, Cornualha, Reino Unido –
Alexandra Thompson © Shutterstock
Páginas 3, 4, 7, 10-13, 15, 27, 29, 36-39, 40-43:
© Comissão Europeia
Página 8: © Cristina Dumitru Tabacaru
Páginas 14 e 46: © Shutterstock
Páginas 16-22: © Organizações contribuintes
Página 28: © Andalucía se mueve con Europa
Páginas 32 e 35: © Parlamento Europeu
Página 44: © Programa de cooperação transfronteiriça
entre a Hungria e a Croácia
Página 45: © Agência de Desenvolvimento Regional
de Centru, Roménia
Página 47: © Medtech SAS

Esta revista é impressa em papel reciclado em inglês, francês e alemão.
Esta revista está disponível na Internet em 22 línguas no site
http://ec.europa.eu/regional_policy/information/panorama/index_pt.cfm

O conteúdo da presente edição foi concluído em agosto de 2014.

INFORMAÇÃO JURÍDICA

A Comissão Europeia, assim como qualquer pessoa agindo em seu nome, não pode ser considerada responsável pela utilização das informações contidas na presente publicação, nem por quaisquer erros que possam ser detetados não obstante o trabalho cuidadoso de preparação e verificação. A presente publicação não reflete, necessariamente, a opinião ou posição da Comissão Europeia.

ISSN 1725-8154

© União Europeia, 2014

Reprodução autorizada mediante indicação da fonte.

É necessária a autorização do(s) titular(es) dos direitos de autor para a utilização/reprodução de material de terceiros sujeito a direitos de autor e que esteja indicado como tal.



▶ EDITORIAL

Johannes Hahn

*Membro da Comissão Europeia
responsável pela Política Regional*

No final de 2013, após um intenso processo de negociação que se prolongou por dois anos, o Conselho Europeu e o Parlamento Europeu deram finalmente luz verde ao pacote legislativo da política de coesão. Os novos Regulamentos entraram em vigor a 21 de dezembro.

Congratulo-me por constatar que foi dado um parecer favorável à abordagem modernizada das minhas propostas. Trabalhámos arduamente para aperfeiçoar as regras de utilização dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus. Agora, será possível mobilizar mais de 500 mil milhões de euros, provenientes de fontes como o cofinanciamento nacional e investimentos alavancados através de instrumentos financeiros, para apoiar ativamente a recuperação económica e o crescimento sustentável na União Europeia.

A política de coesão é a principal ferramenta de investimento da UE, representando mais de um terço do orçamento da União. No entanto, para que a mesma cumpra o seu potencial de auxiliar no crescimento da economia da UE e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos da Europa, é essencial que as nossas reformas sejam devidamente implementadas. A primeira etapa deste processo será finalizar os Acordos de Parceria, que definirão a estratégia de investimento de cada Estado-Membro para os próximos sete anos.

Estratégias de elevada qualidade

A preparação destes projetos de investimento não é fácil. Tendo isso em conta, a Comissão iniciou negociações informais no ano passado com os Estados-Membros com o objetivo de assegurar que as necessidades de desenvolvimento fundamentais eram identificadas e atendidas o mais cedo possível. Como resultado, os Estados-Membros partilharam os seus Acordos de Parceria provisórios com a Comissão antes do final do ano e alguns Acordos já foram enviados oficialmente. É importante que os Estados-Membros enviem planos de desenvolvimento provisórios de qualidade para que seja possível iniciar a aprovação e a implementação do

programa o mais rapidamente possível. No entanto, sejamos claros, a Comissão não está disposta a abrir mão da qualidade em nome da rapidez.

Nunca será demais salientar a importância da escolha da estratégia adequada desde o primeiro momento. Além disso, é imperativo assegurar que todos os projetos seguem a estratégia estipulada e não o contrário.


Atualmente, a prioridade centra-se num número limitado de objetivos da política de modo a criar uma massa crítica de investimento nas áreas selecionadas. Identificámos quatro áreas prioritárias com um elevado potencial de crescimento: investigação e inovação, PME, tecnologias de informação e comunicação e a economia assente num baixo nível de emissões de carbono.

Objetivos claros e mensuráveis

A nossa política reformada assenta na convicção de que cada região pode alcançar o maior impacto se começar por identificar os seus pontos fortes. Chamamos a isto *Especialização Inteligente*. Isto permitirá às regiões concentrar investimentos produtivos nos setores escolhidos, maximizando desta forma o seu potencial de crescimento.

Um acordo prévio sobre os objetivos é essencial para a nossa nova arquitetura. Como podemos investir em investigação, por exemplo, quando não existe qualquer estratégia de investigação? É como tentar conduzir um carro sem um volante.

A reforma obriga à formulação de objetivos claros e mensuráveis. Isto ajudar-nos-á a ver resultados quantificáveis e permitir-nos-á avaliar continuamente se os investimentos públicos estão a alcançar o máximo impacto na promoção do crescimento e da criação de emprego na Europa.



« A política de coesão é, definitivamente, uma política de que nos podemos orgulhar e de que nos poderemos continuar a orgulhar no futuro. Temos de ser firmes e claros na promoção desta posição. »

PRESIDENTE DA COMISSÃO EUROPEIA,
JOSÉ MANUEL BARROSO

▶ POLÍTICA DE COESÃO – UM VERDADEIRO MOTOR PARA O CRESCIMENTO NA EUROPA

A Panorama conversa com José Manuel Barroso, Presidente da Comissão Europeia, e solicita o seu parecer sobre o papel que a política de coesão desempenhará na promoção do crescimento e na criação de emprego na Europa, bem como na recuperação da crise económica nos próximos anos.

▶ **Considera que a Europa está agora a voltar ao bom caminho e a superar a crise económica?**

A crise económica e financeira que atingiu a economia global desde o verão de 2007 não tem precedentes na história económica europeia do pós-guerra. Contudo, acredito que o pior já ficou para trás. Conseguimos ultrapassar a crise «existencial» do euro e acalmámos a agitação dos mercados financeiros. Realizámos progressos significativos no que respeita à governação económica na UE. A confiança na economia europeia está a regressar gradualmente e os mais recentes valores do PIB confirmam os primeiros sinais de uma ligeira recuperação económica. Os países mais afetados pela crise estão a levar a cabo grandes reformas estruturais e estão a começar a observar resultados positivos. A Irlanda, por exemplo, reduziu o seu défice de 1,4% do PIB em 2008 para um excedente de 3,4% do PIB em 2013. Portugal também reduziu o seu défice e esperamos que a Espanha entre em excedente ainda este ano.

Não obstante, apesar de parecer que estamos a ultrapassar o pior, ainda não estamos totalmente a salvo e os sinais de recuperação ainda são ténues. Devemos manter os nossos esforços para enfrentar os desafios atuais, como o envelhecimento da população, o aumento dos custos energéticos e a elevada taxa de desemprego. Os Estados-Membros devem acelerar o processo de implementação das reformas estruturais definidas nas Recomendações Específicas por País e realizar novos progressos nas áreas da política que necessitam de coordenação. O problema mais premente é a taxa de desemprego inaceitavelmente elevada em determinados países, em particular entre os jovens.

▶ **Qual é a importância da política de coesão na promoção do emprego e do crescimento na Europa e no contexto do cumprimento dos objetivos da Estratégia Europa 2020 por parte da governação económica da UE?**

Em 2010, propusemos uma abordagem abrangente, a «Estratégia Europa 2020», para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Esta é a estratégia de crescimento da Europa para os próximos anos, que define todos os motores para a prosperidade e a produtividade do futuro em domínios como a educação e formação, as alterações climáticas, a investigação e inovação ou a luta contra a pobreza. Desde o início que temos trabalhado em grande proximidade com os Estados-Membros e as regiões para cumprir os seus objetivos. A estratégia foi implementada há quatro anos e será levada a cabo uma análise minuciosa em 2014 para avaliar os seus resultados.

A política de coesão é um dos instrumentos fundamentais para concretizar as metas da Europa 2020. É o maior investimento da UE na economia real e um pilar fundamental do triângulo da política económica da UE composto pela consolidação orçamental, pelas reformas estruturais e pelo investimento no crescimento. Graças ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), ao Fundo Social Europeu (FSE) e ao Fundo de Coesão, apoiamos o acesso à banda larga, as PME em fase de arranque, a inclusão social, a educação, a eficiência energética e a criação de emprego. Até ao momento, os relatórios dos Estados-Membros demonstraram que os investimentos da política de coesão em 2007-2013 apoiaram mais de 73500 PME em fase de arranque e criaram mais de 263000 empregos nessas empresas. Atualmente, mais 4,7 milhões de cidadãos europeus têm cobertura de banda larga, graças aos investimentos. Em suma, a política de coesão é, definitivamente, uma política de que nos podemos orgulhar e de que nos poderemos continuar a orgulhar no futuro. Temos de ser firmes e claros na promoção desta posição.

Além disso, o cofinanciamento europeu representa uma fonte de investimento estável, segura e a longo prazo para os Estados-Membros. Em algumas das nossas regiões, é a única forma de obter investimento público devido à falta de recursos suficientes a nível nacional ou à falha do mercado. O financiamento da política de coesão proporcionou a estabilidade e a flexibilidade necessárias para reorientar os investimentos com vista a atender a necessidades socioeconómicas urgentes. Incentivámos os países afetados pela crise, como a Grécia, a Irlanda ou Portugal, a reprogramar os Fundos para impulsionar a sua competitividade e promover a criação de emprego, especialmente para os jovens.

No período 2014-2020, atribuímos 351,8 mil milhões de euros aos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus, o que representa a segunda maior parcela do orçamento da UE. Isto constitui um reconhecimento ao mais alto nível político da importância dos Fundos para o crescimento na Europa. Agora, a prioridade é dar seguimento ao processo de alinhamento dos programas nacionais e regionais para alcançar as metas da Europa 2020.

► **Os Estados-Membros e as regiões começaram agora a trabalhar no quadro da nova política de coesão reformada 2014-2020. Na sua opinião, qual será o impacto desta reforma? Qual é a maior inovação que ela introduz?**

Devemos questionar-nos seriamente se realizámos os investimentos corretos no passado para tornar as nossas economias mais competitivas. Penso que uma parte do financiamento não foi utilizada em todo o seu potencial. Agora, devemos garantir que a política reformada se centra na realização dos investimentos certos em benefício de toda a União Europeia. Cada euro gasto deve produzir o máximo impacto em termos de crescimento e competitividade.

Este é o motivo pelo qual a nova política se concentra numa cultura de obtenção de resultados. As regiões terão de demonstrar onde gastam o dinheiro e também como tiram o melhor partido dos fundos. A utilização do dinheiro será acompanhada, avaliada e comunicada de modo a assegurar a produção dos resultados pretendidos. Foram definidas determinadas condições prévias que devem ser satisfeitas antes da libertação dos fundos e que se destinam a garantir a existência das condições adequadas para maximizar o impacto dos investimentos.

Para garantir a concentração dos investimentos, os programas devem visar a maioria do FEDER num número limitado de quatro domínios essenciais impulsionadores do crescimento: a investigação e inovação, as PME, as TIC e a economia assente num baixo nível de emissões de carbono. Pelo menos 80% de todos os recursos disponíveis nas regiões mais desenvolvidas e 50% nas regiões menos desenvolvidas serão atribuídos a esses setores, que desempenharão um papel muito importante no nosso sucesso futuro. Existem regras semelhantes para o FSE e 20% do total dos seus recursos, no mínimo, deverão destinar-se à promoção da inclusão social e ao combate à pobreza. Esta abordagem estabelecerá uma ligação clara entre o financiamento e a Estratégia 2020 global de crescimento e as políticas relacionadas.

Acredito que essas alterações darão um novo impulso ao investimento da política de coesão da UE no terreno e permitirão que esta se torne mais consistente, eficaz e rentável de forma a ajudar a União Europeia a prosperar novamente. Devemos ser capazes de demonstrar aos nossos cidadãos que o investimento é utilizado da forma mais inteligente para beneficiar as suas regiões e as suas cidades e ter um impacto positivo nas suas vidas.

► **A seu ver, qual é o papel desempenhado pelo financiamento da política de coesão na luta contra os desafios urbanos, como a pobreza, a exclusão social, o desemprego, a poluição e a dependência energética?**

Mais de 75% dos cidadãos europeus vivem em áreas urbanas ou nas proximidades das mesmas. Isso torna a Europa um dos continentes mais urbanizados do mundo. Até 2020, prevê-se que este número aumente para 80% da nossa população.

Não é um exagero afirmar que o desenvolvimento das nossas cidades determinará em grande medida o futuro da Europa e será crucial para concretizar os objetivos da Estratégia Europa 2020. As nossas cidades são os potentes motores do crescimento, o lar de empresas, inovação e empreendedorismo, e assumem a liderança para nos resgatar da crise. Na Europa, mais de dois terços do PIB são gerados nas cidades. No entanto, devido à crise, muitas cidades debatem-se neste momento com um baixo nível de crescimento, uma elevada taxa de desemprego, migração, disparidades sociais e pobreza.

Foi por esse motivo que decidi dar um novo papel à antiga Direção-Geral da Política Regional como a principal coordenadora das iniciativas de política urbana da UE. A nova Direção-Geral da Política Regional e Urbana dá uma maior atenção ao papel de maior destaque das nossas cidades e áreas urbanas na tomada de decisões e na elaboração de políticas ao nível da UE. Atualmente, cerca de 40% dos fundos do FEDER são investidos em cidades. Espero que este valor venha a aumentar no futuro. Muitas das prioridades de investimento para 2014-2020 são relevantes para as áreas urbanas, tal como a promoção de estratégias de redução das emissões de carbono, a melhoria das áreas edificadas ou a facilitação da mobilidade. Para além de tudo isso, cada Estado-Membro deve utilizar, no mínimo, 5% dos fundos do FEDER para desenvolver ações integradas que visem o desenvolvimento urbano sustentável. Isto proporcionará às cidades novos meios e novas soluções para enfrentar os desafios económicos, ambientais e sociais específicos das suas áreas urbanas.

► **Qual é a importância do financiamento da política de coesão na promoção da investigação e da inovação?**

As regiões europeias precisam de progredir no âmbito da inovação. Os Estados-Membros que investem bastante na inovação apresentam melhores resultados do que os Estados-Membros que poderiam fazer melhor nesse domínio. Apesar de a despesa média com a investigação e a inovação ter permanecido estável ao longo da crise, representando 2% do PIB, a União Europeia regista ainda um enorme atraso em relação aos seus principais concorrentes globais. Os Estados



José Manuel Barroso, Presidente da Comissão Europeia, e o Comissário Johannes Hahn.

Unidos e o Japão, bem como a Coreia do Sul, investem mais do que nós na investigação e na inovação.

Não há dúvida de que a política de coesão reformada é crucial para impulsionar a investigação e a inovação na Europa. Em 2007-2013 foram investidos quase 25% dos Fundos Estruturais da UE, ou cerca de 86 mil milhões de euros, na investigação e na inovação. Existem vários bons exemplos de projetos inovadores financiados pela política de coesão, como o *cluster* de tecnologias limpas «ECO World Styria»⁽¹⁾ na Áustria, um exemplo de tecnologias limpas, ou o projeto «Art on Chairs»⁽²⁾ em Portugal, uma abordagem inovadora que combina indústrias criativas e indústrias tradicionais, para citar apenas dois.

Agora, os Estados-Membros e as regiões têm de identificar os seus ativos e forças particulares e concentrar aí os seus recursos com vista a aumentar a sua vantagem competitiva. Acredito que as chamadas «estratégias de especialização inteligente» conduzirão a investimentos mais inteligentes com um maior impacto e acionarão o potencial de inovação de todas as regiões da Europa. Devem ser desenvolvidas em conjunto com o mundo dos negócios, o setor académico e a comunidade de inovação com o apoio da política de coesão.

▶ **Qual é o principal conselho que daria às autoridades regionais que estão a implementar os programas operacionais para 2014-2020?**

Uma boa governação ao nível nacional, regional e local é crucial. A reforma da política de coesão nunca teria sido

conseguida sem a cooperação bem sucedida com as autoridades regionais e de gestão. O princípio de parceria está no centro das reformas e, neste momento, é crucial que todas as partes interessadas relevantes estejam envolvidas na implementação dos programas, como, por exemplo, os ministérios, as regiões, os municípios, as organizações profissionais, os centros de investigação, as empresas ou os parceiros sociais relevantes. É necessário continuar a criar novas parcerias, bem como manter a cooperação existente entre as regiões, as cidades e as instituições da UE para concentrar os Fundos de forma estratégica nos investimentos mais produtivos e garantir o máximo impacto no crescimento e no emprego. Espero que as regiões assumam a responsabilidade de moldar e fortalecer a política europeia. Tenho a certeza de que, em conjunto, conseguiremos tornar esta política num verdadeiro motor para a recuperação económica da Europa.

A inovação também significa pensar num horizonte mais alargado, ser criativo e refletir sobre novas formas de explorar os conhecimentos atuais e novas ideias para adaptar a nossa sociedade aos novos paradigmas. Não podemos continuar a agir como habitualmente e todos os cidadãos europeus têm de participar plenamente na conceção e na concretização de modelos mais competitivos.

▶ **SAIBA MAIS**

http://ec.europa.eu/regional_policy/what/future/index_pt.cfm
http://ec.europa.eu/europe2020/index_pt.htm

(1) <http://www.eco.at/>

(2) <http://www.artonchairs.com/>

▶ POLÍTICA DE COESÃO 2014-2020

OS 10 PONTOS ESSENCIAIS
DA POLÍTICA REVISTA



Modernização da rua Nicolae Balcescu
(Mioveni, Roménia).

Com a finalização do orçamento da UE para 2014-2020, serão disponibilizados cerca de 351,8 mil milhões de euros destinados ao investimento nas regiões e cidades da Europa através da política de coesão da UE com vista a fomentar o crescimento e a criação de emprego em toda a União, bem como a enfrentar as alterações climáticas e a dependência energética.

O impacto global desta medida, em combinação com a contribuição nacional de cada Estado-Membro e o efeito de alavanca dos instrumentos financeiros, deverá ser superior a 500 mil milhões de euros. A política de coesão tornou-se a principal política de investimento da UE e está estreitamente alinhada com os objetivos da Estratégia Europa 2020. Dirige-se a todas as 274 regiões da União Europeia, não apenas às mais pobres, e pretende estimular o crescimento económico e a criação de emprego. Atualmente, esta política é a principal ferramenta de execução dos objetivos da UE, o que explica a grande importância dos novos princípios introduzidos, como a concentração temática, a orientação para os resultados, as condicionalidades ex ante e a utilização de instrumentos financeiros adequados.

A reorientação da política de coesão para o período 2014-2020 garantirá o máximo impacto no investimento dos fundos da UE, que será adaptado às necessidades individuais das regiões e cidades.

Os elementos-chave da nova política de coesão são:

1 ▶ Níveis adequados de investimento nas regiões

Será dado seguimento ao investimento em todas as regiões da UE, mas o nível de apoio e a contribuição nacional (taxa de cofinanciamento) serão adaptados ao nível de desenvolvimento de cada uma:

- ▶ regiões menos desenvolvidas (PIB < 75% da média da UE27);
- ▶ regiões de transição (PIB de 75% a 90% da média da UE27);
- ▶ regiões mais desenvolvidas (PIB > 90% da média da UE27).

2 ▶ Crescimento orientado

Serão investidos cerca de 100 mil milhões de euros em setores em crescimento fundamentais. Foram acordadas onze prioridades temáticas para a política de coesão. Os investimentos ao abrigo do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) concentrar-se-ão em quatro áreas-chave: a inovação e investigação; a agenda digital; o apoio às pequenas e médias empresas (PME); a economia assente num baixo nível de emissões de carbono. Foram estabelecidas diferentes taxas de distribuição de acordo com a categoria da região (menos desenvolvida: 50%, transição: 60% e mais desenvolvida: 80%).

Pelo menos 23 mil milhões de euros provenientes destes fundos servirão para apoiar a economia assente num baixo nível de emissões de carbono (a eficiência energética e as energias renováveis). Neste âmbito, existem obrigações distintas para a afetação dos recursos do FEDER (regiões menos desenvolvidas: 12%, regiões de transição: 15%, e regiões mais desenvolvidas: 20%).

Cerca de 66 mil milhões de euros (do Fundo de Coesão) serão investidos em ligações de transporte prioritárias transeuropeias e em projetos essenciais de infraestrutura ambiental.

Através do Fundo Social Europeu (FSE), a política de coesão contribuirá significativamente para a concretização das prioridades da UE no domínio do emprego, através da formação e aprendizagem ao longo da vida, da educação e da inclusão social, por exemplo. Pelo menos 20% do total dos recursos do FSE deverão destinar-se à promoção da inclusão social e ao combate à pobreza.

A nova Iniciativa para o Emprego dos Jovens associada ao FSE centrar-se-á especificamente na população jovem.

3 ▶ Responsabilização e resultados

Serão definidos objetivos e metas claros, transparentes e mensuráveis para a responsabilização e os resultados. Os países e as regiões terão de anunciar antecipadamente os objetivos que tencionam alcançar com os recursos disponíveis e identificar de forma precisa os meios de medição do progresso rumo à consecução desses objetivos. Estas medidas permitirão acompanhar e debater regularmente as formas de utilização dos recursos financeiros. Em função do progresso rumo à conquista destas metas, poderão ser disponibilizados fundos adicionais para os programas com um bom desempenho (através da denominada «reserva de desempenho») perto do final do período.

4 ▶ Condições prévias para o financiamento

Antes da canalização dos fundos, terão de ser satisfeitas determinadas condições de modo a garantir a realização de um investimento eficaz. Esta medida serve para garantir que os investimentos são realizados num ambiente propício à maximização do seu impacto. Os investimentos serão levados a cabo apenas quando forem postas em prática determinadas estratégias ou forem preenchidas certas condições prévias. As estratégias de «especialização inteligente», as reformas positivas para os negócios, as estratégias de transportes, as medidas para melhorar os sistemas de contratos públicos ou a conformidade com a legislação ambiental são alguns exemplos de condições prévias.

5 ▶ Ação coordenada

É necessário estabelecer uma estratégia comum para assegurar uma melhor coordenação e uma menor sobreposição. Um Quadro Estratégico Comum serve de base a uma melhor coordenação entre os Fundos Estruturais e de Investimento Europeus (Fundos EIE – FEDER, o Fundo de Coesão e o FSE como

os três fundos no âmbito da política de coesão, bem como o fundo de Desenvolvimento Rural e o fundo para as Pescas). Esta estratégia também se articula melhor com outros instrumentos da UE, como o Horizonte 2020 e a Facilidade «Interligar a Europa».

6 ▶ Simplificação de procedimentos

É necessário reduzir a burocracia e simplificar a utilização dos investimentos da UE. Este objetivo pode ser alcançado através de um conjunto de regras comum para todos os Fundos EIE, bem como através de regras contabilísticas mais simples, exigências de relatórios mais específicos e maior utilização da tecnologia digital («coesão eletrónica»).

7 ▶ Dimensão urbana alargada

A dimensão urbana da política será reforçada pela afetação de uma quantidade mínima de recursos do FEDER destinada à aplicação em projetos integrados nas cidades e que combinem diferentes medidas de combate aos desafios económicos, ambientais e sociais no interior das mesmas, para além de outros investimentos nas áreas urbanas.

8 ▶ Cooperação transfronteiriça

A cooperação transfronteiriça será reforçada e a criação de projetos transfronteiriços será mais fácil. Além disso, é também importante assegurar que as estratégias macrorregionais, como as Estratégias para o Danúbio e o Mar Báltico, são apoiadas por programas nacionais e regionais.

9 ▶ Consistência e coerência

A política de coesão tem de ser totalmente coerente com o contexto mais amplo da governação económica da UE. Os programas terão de ser consistentes com os Programas de Reforma Nacionais acordados com os Estados-Membros, que integram o ciclo de coordenação da política económica e orçamental no espaço da UE conhecido como o Semestre Europeu. Se necessário, a Comissão pode solicitar aos Estados-Membros, nos termos da denominada cláusula de «condicionalidade macroeconómica», que modifiquem os programas com o objetivo de suportar reformas estruturais essenciais ou, em último recurso, suspender os fundos se as recomendações económicas forem desrespeitadas de forma repetida e grave.

10 ▶ Instrumentos financeiros

A maior utilização dos instrumentos financeiros será incentivada para proporcionar um maior apoio e acesso ao crédito às PME. Os fundos da UE apoiarão empréstimos, garantias e capitais próprios/de risco através de regras comuns para todos os fundos, de um alargamento do seu âmbito e da oferta de incentivos (taxas de cofinanciamento mais elevadas). A ênfase nos empréstimos em detrimento das subvenções deverá melhorar a qualidade dos projetos e desencorajar a dependência de subsídios.

O Centro de Competência Eólica de Kiel investiga o potencial eólico para a produção de energia e a propulsão, em conjunto com a indústria marítima – Schleswig-Holstein, Alemanha.

▶ PRIORIDADES DE INVESTIMENTO PARA A POLÍTICA DE COESÃO REVISTA



A política de coesão reformada será o principal instrumento de investimento da UE para concretizar as metas da Europa 2020: a criação de crescimento e emprego, a luta contras as alterações climáticas e a dependência energética e a redução da pobreza e da exclusão social. A política de coesão também terá por objetivo fortalecer a coesão económica, social e territorial na União Europeia colmatando os desequilíbrios entre regiões.

Para atingir estas metas, os três fundos incluídos na política de coesão da UE (o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão) apoiam onze objetivos temáticos.

Apesar de o FEDER pretender dar resposta a todos os 11 objetivos temáticos, será orientado especialmente para as quatro primeiras prioridades principais. Essas prioridades são: a investigação e inovação; as tecnologias de informação e comunicação; as pequenas e médias empresas (PME); e a transição para uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono.

Os Estados-Membros e as regiões terão de investir uma parte significativa do FEDER (entre 50% a 80%) nestas áreas prioritárias, que receberão cerca de 100 mil milhões de euros (perto de 30%) do orçamento do FEDER.

11 OBJETIVOS TEMÁTICOS PARA A POLÍTICA DE COESÃO

- 1 Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação
- 2 Melhoria do acesso às TIC, bem como da sua utilização e qualidade
- 3 Aumento da competitividade das PME
- 4 Apoio à transição para uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono em todos os setores
- 5 Promoção da gestão e prevenção de riscos e adaptação às alterações climáticas
- 6 Preservação e proteção do ambiente e promoção da eficiência dos recursos
- 7 Promoção de transporte sustentável e remoção de pontos de estrangulamento nas principais infraestruturas da rede
- 8 Promoção do emprego sustentável e de qualidade e apoio à mobilidade laboral
- 9 Promoção da inclusão social, combate à pobreza e a qualquer tipo de discriminação
- 10 Investimento na educação, na formação e na formação profissional para competências e aprendizagem ao longo da vida
- 11 Melhoria da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência das administrações públicas



O Instituto de Ciências Fotónicas de Barcelona recebeu cofinanciamento da UE pelo trabalho realizado no domínio da ciência ótica e da tecnologia da luz.

▶PRIORIDADE 1

Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação

A competitividade da Europa, a sua capacidade de criar milhões de novos postos de trabalho para substituir aqueles que foram perdidos com a crise e, no geral, o seu nível de vida futuro depende da nossa capacidade de fomentar a inovação nos produtos, serviços, negócios e processos e modelos sociais. A nossa principal meta é identificar os pontos de estrangulamento da inovação e aumentar o investimento na investigação e desenvolvimento ao nível empresarial através da estreita colaboração entre agentes públicos e privados.

Entre 2014 e 2020 o FEDER irá reforçar a investigação e inovação nos Estados-Membros da EU por intermédio de várias ações:

- ▶ Apoiando os agentes de inovação (especialmente os centros de investigação e as PME), que estão diretamente envolvidos no desenvolvimento de soluções inovadoras e na exploração económica de novas ideias através de: serviços de assessoria e de apoio; investimentos diretos; e instrumentos financeiros que ajudam a aceder a fontes privadas de financiamento.
- ▶ Investindo em infraestrutura, equipamento, linhas de produção piloto e indústria transformadora avançada necessários para atividades de investigação e inovação aplicadas, incluindo tecnologias que criam capacidades para mais inovações numa variedade de outros setores.
- ▶ Promovendo a cooperação, as atividades de trabalho em rede e as parcerias entre diferentes agentes de inovação que operam no mesmo domínio – universidades, centros

CARACTERÍSTICAS TERRITORIAIS ESPECÍFICAS

- ▶ Ao abrigo dos programas de **Cooperação Territorial Europeia**, pelo menos 80% dos fundos serão concentrados nessas quatro principais prioridades temáticas.
- ▶ Serão reservados, no mínimo, 5% dos recursos do FEDER para o **desenvolvimento urbano sustentável**, através de «ações integradas» geridas pelas próprias cidades.
- ▶ As áreas naturalmente desfavorecidas de um ponto de vista geográfico (áreas remotas, montanhosas ou com baixa densidade populacional) beneficiam de tratamento especial.
- ▶ Por último, as **áreas ultraperiféricas** também beneficiam de uma assistência específica por parte do FEDER no sentido de resolver possíveis desvantagens devido ao seu afastamento geográfico.

tecnológicos e de investigação, PME e grandes empresas – para criar sinergias e transferências de tecnologia.

- ▶ Investindo na inovação através das PME, de modo a aumentar a sua competitividade.

Os Estados-Membros e as regiões deverão implementar uma «Estratégia de Inovação Regional para a Especialização Inteligente» (RIS3), que é uma condição prévia para a atribuição de fundos de investimento do FEDER para a investigação e a inovação. Esta estratégia ajudará as regiões a explorar totalmente o seu potencial de inovação através da concentração dos recursos num número limitado de prioridades de crescimento inteligente nas quais têm vantagens competitivas nítidas.

Estas estratégias devem ser desenvolvidas em conjunto com as principais partes interessadas envolvidas, tal como os investigadores, o mundo académico, as empresas e as autoridades públicas. Deverão refletir sobre novas formas de explorar os conhecimentos atuais e realizar negócios recorrendo aos fundos da UE, nacionais e do setor privado. Também ajudarão a criar sinergias com outras políticas e instrumentos de financiamento da UE, em particular o Horizonte 2020, o programa de investigação e inovação da UE para o período 2014-2020.

▶PRIORIDADE 2

Melhorar o acesso à TIC, bem como a sua utilização e qualidade

As tecnologias da informação e da comunicação (TIC) são um poderoso motor do crescimento económico, da inovação e da produtividade comum a um grande número de domínios.



Princípios básicos de literacia informática para cidadãos eletrónicos, Vilnius, Lituânia.

Entre 2014 e 2020, os investimentos através do FEDER melhorarão o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade. Também é possível financiar vários tipos de medidas no âmbito das TIC como iniciativas de apoio ao abrigo de qualquer outro objetivo temático.

O investimento do FEDER será direcionado para:

- ▶ Investir na infraestrutura das TIC em todas as regiões, especialmente em áreas remotas e rurais e em regiões da UE menos desenvolvidas.
- ▶ Aumentar o acesso à banda larga de alta velocidade (especialmente as denominadas «Redes da próxima geração») para potenciar a produtividade das empresas e permitir que os indivíduos em regiões remotas trabalhem a partir de casa ou beneficiem de soluções de saúde eletrónicas.
- ▶ Investir no desenvolvimento e na atualização das ferramentas de TIC, tais como as infraestruturas eletrónicas para a investigação e a inovação, a computação na nuvem, a segurança das informações e da Internet.
- ▶ Continuar a transição para as utilizações inovadoras das TIC por parte das empresas, dos cidadãos e das administrações públicas, tais como a prestação eletrónica de serviços de saúde (saúde eletrónica), os procedimentos ao nível do setor público (governo eletrónico), as PME (aprendizagem eletrónica, negócios eletrónicos, etc.).

O desenvolvimento de um «Quadro Estratégico para o Crescimento Digital» por parte das autoridades nacionais e regionais é uma condição prévia para a atribuição de investimentos destinados ao desenvolvimento de produtos e serviços das TIC.

Os Estados-Membros que pretendam aplicar os fundos da política de coesão em investimentos na banda larga terão ainda de desenvolver um Plano de Rede da Próxima Geração, no qual sejam identificadas as áreas onde é necessária a intervenção pública para fornecer o acesso à banda larga. Essas agendas digitais locais e regionais estão profundamente interligadas com as estratégias de especialização inteligente.

▶PRIORIDADE 3

Aumentar a competitividade das PME

As pequenas e médias empresas são a espinha dorsal da economia europeia e são motores fundamentais de crescimento, criação de emprego e coesão, representando dois em cada três postos de trabalho no setor privado. Por conseguinte, a promoção do empreendedorismo e o investimento nas PME é essencial para gerar crescimento e emprego na Europa.

Para se manterem competitivas num mercado global, as PME necessitam de ser mais produtivas e de melhorar a qualidade e a diferenciação dos seus produtos, serviços e marketing.

Os investimentos através do FEDER serão direcionados para áreas que promovam o crescimento e a competitividade das PME, incluindo medidas para:

- ▶ Aceder ao financiamento com subvenções, empréstimos, garantias de empréstimos, capital de risco, etc.
- ▶ Tirar partido do saber-fazer e do aconselhamento comercial, das informações e das oportunidades de trabalho em rede, incluindo as parceiras transfronteiriças.



O projeto Finnvera disponibiliza capital de risco a PME – Pohjois-Karjala, Finlândia.

CONCENTRAÇÃO TEMÁTICA

Para além das disposições específicas no âmbito do objetivo de uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono, os Estados-Membros e as regiões devem atribuir um determinado nível de recursos do FEDER a estes quatro objetivos temáticos essenciais.

- ▶ Regiões mais desenvolvidas: pelo menos 80% dos recursos do FEDER devem concentrar-se em, no mínimo, duas destas prioridades;
- ▶ Regiões de transição: 60% dos recursos do FEDER devem responder a, pelo menos, duas destas prioridades;
- ▶ Regiões menos desenvolvidas: 50% dos recursos do FEDER devem concentrar-se em, pelo menos, duas destas prioridades.

Os Estados-Membros também devem concentrar o apoio do FEDER de forma a ter em conta os desafios identificados nos Programas de Reforma Nacionais e as recomendações específicas por país relevantes.

- ▶ Melhorar o seu acesso aos mercados globais e mitigar o risco empresarial.
- ▶ Explorar novas fontes de crescimento, tais como a economia verde, o turismo sustentável, os serviços sociais e de saúde, incluindo a «economia do envelhecimento» e as indústrias culturais e criativas.
- ▶ Forjar laços valiosos com centros de investigação e universidades para promover a inovação.

▶PRIORIDADE 4

Apoiar a transição para uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono em todos os setores

Entre os principais objetivos da Estratégia Europa 2020 encontram-se os objetivos de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20% em relação aos níveis de 1990, aumentar a quota de energias renováveis no consumo de energia final para 20% e avançar para um aumento de 20% na eficiência energética.

Tendo isto em consideração, o financiamento do FEDER ajudará a promover uma maior eficiência energética e a apoiar a transição para fontes com baixa emissão de carbono.

As medidas neste âmbito podem incluir:

- ▶ Investir na produção e na distribuição de energia proveniente de fontes renováveis, incluindo biocombustíveis e a produção de energias renováveis baseadas nos recursos marinhos.
- ▶ Sensibilizar e aumentar a utilização de energias renováveis nos setores público e privado.
- ▶ Aumentar a eficiência energética, a gestão energética inteligente e a utilização de energias renováveis nas infraestruturas públicas, incluindo em edifícios públicos, no setor da habitação pública e no contexto da produção industrial.
- ▶ Reduzir as emissões dos transportes apoiando o desenvolvimento de novas tecnologias e promovendo a utilização de transportes públicos, bem como a deslocação em bicicleta e a pé.
- ▶ Desenvolver estratégias assentes num baixo nível de emissões de carbono, especialmente nas áreas urbanas, incluindo sistemas de iluminação pública, redes elétricas inteligentes e planos de transportes urbanos sustentáveis.
- ▶ Promover a investigação e a inovação em tecnologias assentes num baixo nível de emissões de carbono.

A aplicação de 20% dos fundos do FEDER por parte das *Regiões mais desenvolvidas* com vista a concretizar esta prioridade, de 15% por parte das *Regiões de transição* e de 12% por parte das *Regiões menos desenvolvidas* é um requisito específico para a realização do investimento.

▶SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/what/future/index_pt.cfm

▶ NOTÍCIAS

[BREVES]

UE INICIA NEGOCIAÇÕES COM A TURQUIA SOBRE A POLÍTICA REGIONAL



As negociações de adesão entre a UE e a Turquia abriram o capítulo referente à política regional do *acervo comunitário*.

Para abrir as negociações de adesão relativas ao «Capítulo 22: Política regional e coordenação dos instrumentos estruturais», a Turquia teve de apresentar um plano de ação pormenorizado e um calendário relacionado onde se definiam objetivos e prazos claros no âmbito da implementação da política de coesão da UE e da organização institucional necessária. A Turquia apresentou um desenvolvimento económico impressionante nos últimos dez anos, mas agora é necessário tomar medidas para distribuir a riqueza gerada recentemente de forma equilibrada pelas regiões.

O capítulo 22 relativo à política regional é um capítulo com pouco acervo. Requer principalmente o desenvolvimento de capacidade administrativa e estratégias inteligentes que garantirão a qualidade dos programas e projetos e a sua correta execução. Antes do encerramento provisório do capítulo, a Turquia deve comprovar que desenvolveu tal capacidade em termos de recursos técnicos e humanos e implementou uma estratégia nacional funcional que permita diminuir as disparidades de desenvolvimento entre as regiões. Por último, a Turquia terá a oportunidade de trabalhar com todos os Estados-Membros da UE envolvidos na cooperação transfronteiriça, inter-regional e transnacional.

A Comissão aguarda com expectativa o início do longo e difícil trabalho necessário para satisfazer as condições para o encerramento provisório do capítulo.

▶ SAIBA MAIS

http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-13-958_en.htm

NOVO MANUAL PARA AS AUTORIDADES LOCAIS E REGIONAIS

O Comité das Regiões acabou de publicar o seu novo «Manual para as Autoridades Locais e Regionais». Esta publicação faz parte de uma campanha de comunicação mais ampla que visa dar a conhecer a Estratégia Europa 2020. O manual define o ciclo político e os objetivos da estratégia e descreve os métodos que as autoridades locais e regionais podem empregar para integrar as suas próprias atividades com a política e os instrumentos financeiros da UE a fim de impulsionar um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. São destacados diversos exemplos de boas práticas desenvolvidos por regiões de toda a UE, juntamente com várias ligações para programas, projetos e instrumentos interessantes. Por último, é apresentada uma lista de associações, redes e prémios com o objetivo de incentivar a partilha de informações e o reconhecimento dos resultados positivos.



▶ SAIBA MAIS

O manual está disponível para transferência sob a forma de PDF ou livro eletrónico em: <http://cor.europa.eu/en/documentation/brochures/Pages/delivering-europe-2020-strategy.aspx>

ANUÁRIO REGIONAL DO EUROSTAT 2013

A informação estatística é uma ferramenta importante para compreender e quantificar o impacto das decisões políticas num determinado território ou região. O anuário regional do Eurostat 2013 apresenta uma imagem pormenorizada no que respeita a um vasto leque de tópicos estatísticos referentes às regiões dos Estados-Membros da União Europeia, bem como às regiões da EFTA e dos países candidatos à UE.

JÁ DISPONÍVEL



Cada capítulo apresenta as informações estatísticas sob a forma de mapas, figuras e tabelas, juntamente com as principais conclusões, fontes de dados e contexto político.

São disponibilizados indicadores regionais para os seguintes 11 domínios: economia, população, saúde, educação, o mercado de trabalho, estatísticas estruturais das empresas, turismo, a sociedade da informação, agricultura, transporte e ciência, tecnologia e inovação. Além disso, esta edição inclui quatro capítulos especiais que analisam as cidades europeias, a definição de cidade e regiões metropolitanas, o rendimento e as condições de vida segundo o grau de urbanização e o desenvolvimento rural.

▶ SAIBA MAIS

É possível encomendar o livro em:
<http://epp.eurostat.ec.europa.eu>

FINALISTAS DOS REGIOSTARS 2014

O júri dos Prémios RegioStars anunciou os finalistas dos prémios RegioStars 2014 que distinguem os projetos regionais mais inspiradores e inovadores da Europa. O júri destacou 19 finalistas de 80 projetos apoiados pelos fundos da política de coesão da UE com base em quatro critérios principais: inovação, impacto, sustentabilidade e parceria.

Os finalistas são provenientes de regiões e cidades de 17 Estados-Membros: Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Roménia e Suécia.

Os finalistas apresentaram os seus projetos perante o júri dos prémios, presidido por Luc Van den Brande, antigo Presidente do Comité das Regiões, a 8 de outubro durante a 11.ª Semana

das Regiões e Cidades Europeias anual – OPEN DAYS 2013. Os vencedores serão anunciados na Cerimónia de Entrega de Prémios apresentada pelo Comissário Hahn a 31 de março de 2014. No Web site RegioStars, está disponível uma brochura que fornece informações completas sobre os projetos dos finalistas.

▶ SAIBA MAIS

Prémios RegioStars
http://ec.europa.eu/regional_policy/cooperate/regions_for_economic_change/regiostars_en.cfm
 Open Days 2013
http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/od2013/index.cfm

▶NAS SUAS PRÓPRIAS PALAVRAS

O PARECER DAS PARTES INTERESSADAS SOBRE A POLÍTICA DE COESÃO 2014-2020

A Panorama agradece o seu contributo!

«Nas suas próprias palavras» é uma rubrica da *Panorama* onde os cidadãos podem fazer ouvir a sua voz e dar a sua opinião sobre a política regional europeia em ação. Nesta edição, a *Panorama* convidou as partes interessadas ao nível local, regional, nacional e europeu a dar o seu parecer e a revelar as suas esperanças para a política de coesão reformada.

A *Panorama* agradece o seu contributo no seu idioma, que poderá ser incluído em futuras edições. Contacte-nos através do endereço regio-panorama@ec.europa.eu para obter informações sobre os prazos e as diretrizes para a entrega do seu contributo.



▶CONFERÊNCIA DAS REGIÕES PERIFÉRICAS MARÍTIMAS DA EUROPA (CRPM) A CONDICIONALIDADE MACROECONÓMICA ENVIA O SINAL ERRADO

O pacote da política de coesão acordado em novembro introduziu uma série de inovações positivas, tal como a categoria dedicada às regiões de transição e as disposições de parceria. A CRPM aplaude os esforços frustrados do Parlamento Europeu para eliminar as referências que associam a política de coesão à governação económica da UE e as importantes concessões asseguradas, tal como a limitação da suspensão de pagamentos a um máximo de 50% para cada programa operacional em questão. A condicionalidade macroeconómica envia o sinal errado às regiões europeias e afetará negativamente a execução dos programas operacionais, especialmente nas regiões que mais necessitam de investimento para assegurar o emprego a longo prazo.

ANNIKA ANNERBY JANSSON – *Presidente da Região de Skåne (Suécia) e Presidente da CRPM*

▶BUSINESSEUROPE

AS EMPRESAS PODEM DESEMPENHAR UM PAPEL FUNDAMENTAL NO APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A implementação atempada e eficaz de uma política regional mais orientada para os resultados é essencial para aumentar significativamente o seu impacto no crescimento e no emprego. A decisão final de permitir que empresas de todas as dimensões se candidatem aos fundos regionais nos domínios prioritários da investigação e inovação, do baixo nível de emissões de carbono e das TIC representa um progresso importante em comparação com a proposta inicial de estabelecimento de critérios de elegibilidade mais restritivos. Graças à sua especialização e compreensão das economias locais, as empresas podem desempenhar um papel importante no sentido de apoiar o desenvolvimento de projetos que mais contribuem para a competitividade e o desenvolvimento sustentável por parte das regiões. A simplificação dos procedimentos e a redução dos obstáculos administrativos asseguraria uma maior participação das empresas na utilização eficaz dos fundos.

MARKUS J. BEYRER – *Diretor-Geral*



BUSINESSEUROPE

▶ ASSEMBLEIA REGIONAL DO SUL E DO LESTE, IRLANDA UM IMPACTO POSITIVO SOBRE A VIDA DAS PESSOAS

O Parlamento Europeu aprovou a política de coesão, que se destina a preparar o próximo período de programação 2014-2020. A Assembleia Regional do Sul e do Leste está a entrar no seu terceiro período de programação como Autoridade de Gestão dos programas cofinanciados europeus. A ênfase para o próximo período é colocada nos resultados tangíveis reais. Espero que as metas e os objetivos que estão na base desta política de crescimento inteligente, sustentável e inclusiva se traduzam em resultados com um impacto positivo sobre a vida das pessoas da região do sul e do leste da Irlanda e de toda a Europa. Em última análise, para que a política seja considerada bem sucedida, deve apoiar a criação de condições favoráveis ao emprego. Na minha opinião, este é o maior desafio que enfrentamos na UE. Falamos muito em simplificar e tornar o processo mais atrativo para o beneficiário; este é um desafio permanente e deve estar no centro da implementação da política.

DERVILLE BRENNAN – *Assembleia Regional do Sul e do Leste*



SOUTHERN & EASTERN
Regional Assembly
Promoting Our Region




PRIME MINISTER'S OFFICE
HUNGARY

▶ GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO, HUNGRIA ORIENTAÇÃO DAS PRIORIDADES PARA A INVESTIGAÇÃO, A INOVAÇÃO E AS PME

A adesão da Hungria à UE está fortemente interligada com a história milenar do país. O sucesso da Zona Euro é um impulsionador fundamental da nossa economia. Após um longo período e em resultado da utilização eficaz dos fundos da UE, a Hungria está novamente num trajeto de crescimento assente em bases firmes, graças, em parte, à política de coesão. Por conseguinte, saúdo a reforma aprovada recentemente pelas instituições da UE destinada a concretizar as prioridades da Estratégia Europa 2020. Os principais elementos da reforma, como a concentração temática e uma maior concentração nos resultados, são a chave do sucesso. A meu ver, é crucial que os futuros fundos da UE sejam direcionados para prioridades como a investigação, a inovação e as PME, que também ocupam uma posição de destaque na agenda da Hungria. Por conseguinte, a Hungria dedicará 60% dos fundos da UE à promoção do desenvolvimento económico nos próximos sete anos. Acredito que a criação e a manutenção de um equilíbrio em paralelo com a recente reforma contribuirão ainda mais para o desenvolvimento sustentável da Hungria.

NÁNDOR CSEPREGHY – *Subsecretário de Estado*

▶ EUROPEAN HOUSE OF FRENCH LOCAL AUTHORITIES (MEPLF, CENTRO EUROPEU DAS AUTORIDADES LOCAIS FRANCESAS) É ESSENCIAL APOIAR OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Em tempo de crise, o apoio europeu a projetos de desenvolvimento local é absolutamente essencial para restabelecer o crescimento e o emprego, bem como para preservar a coesão social e territorial. O MEPLF defendeu vivamente uma política de coesão ambiciosa para 2014-2020 e congratula-se pelo aumento do apoio prestado às regiões de transição enquanto áreas ameaçadas pela recessão económica. O MEPLF congratula-se pela confirmação de que o Fundo Social Europeu permanece no centro da política de coesão e pela introdução de uma dimensão urbana específica, que permite às partes interessadas locais implementar estratégias integradas baseadas na área. Em vésperas das eleições europeias, é essencial mostrar aos nossos cidadãos o envolvimento quotidiano da Europa nas nossas áreas.

MICHEL DESTOT – *Presidente do MEPLF, Presidente da Associação de Presidentes de Câmara das Grandes Cidades Francesas*




▶POLIS – TRABALHO EM REDE DAS CIDADES E REGIÕES EUROPEIAS
PARA CRIAR SOLUÇÕES DE TRANSPORTE INOVADORAS

OS SISTEMAS DE TRANSPORTE SUSTENTÁVEIS E EFICAZES SÃO VITAIS

O Polis constata com agrado o maior empenho dedicado à mobilidade urbana. Os fundos de coesão são fundamentais para uma grande parte da Europa e continuarão a desempenhar um papel no desenvolvimento de infraestruturas de transportes de forma a que os países a que sejam concedidos gradualmente menos fundos se possam preparar antecipadamente para um financiamento diverso e inovador no futuro. O Polis também saúda uma maior articulação com outros instrumentos da UE, como o Horizonte 2020. Efetivamente, a coordenação entre programas poderia prestar um melhor apoio à implementação dos resultados da investigação. Uma análise da política de coesão 2007-2013 demonstra a existência de um número bastante reduzido de projetos relacionados com o transporte multimodal. Esperamos que o novo quadro permita alterar este facto e dar uma maior atenção às soluções de transporte multimodal e aos transportes urbanos em geral, uma vez que são necessários sistemas de transporte eficazes para garantir um desenvolvimento urbano e regional sustentável. Esta medida é necessária para permitir o crescimento económico das cidades e regiões europeias. O Polis espera que a nova Facilidade «Interligar a Europa» ofereça oportunidades de criação de projetos de transporte sustentáveis para as cidades e regiões.

SYLVAIN HAON – *Secretário Geral*



 LATVIAN ASSOCIATION
OF LOCAL AND REGIONAL
GOVERNMENTS

▶ASSOCIAÇÃO DO PODER LOCAL E REGIONAL DA LETÓNIA (LPS)
ESTIMULAR O CRESCIMENTO E A CRIAÇÃO DE NOVOS EMPREGOS
É UM OBJETIVO COMUM

As autoridades locais da Letónia e a LPS estiveram envolvidas na elaboração dos documentos de consulta e programação, incentivando o governo nacional a levar em conta os interesses e requisitos das autoridades locais. Solicitámos uma aplicação mais eficiente das verbas do Fundo Estrutural da UE nos próximos sete anos com vista a assegurar bons indicadores estatísticos para o nosso país e melhorar o bem-estar de todos os cidadãos da Letónia. Esta medida está de acordo com o objetivo da política de coesão de reduzir as disparidades económicas, sociais e territoriais, um progresso que não deve ser interrompido. No entanto, consideramos que a Comissão Europeia não compreendeu a necessidade de um investimento contínuo destinado a melhorar as infraestruturas rodoviárias da Letónia. Estamos convencidos de que um grande investimento sustentado na nossa infraestrutura rodoviária é uma condição prévia para a promoção do crescimento e a criação de novos empregos.

ANDRIS JAUNSLAINIS – *Presidente da Associação do Poder Local e Regional da Letónia,
Chefe da delegação letã no Comité das Regiões*

▶ASSOCIAÇÃO DE AUTORIDADES LOCAIS E REGIÕES DA SUÉCIA (SALAR)
UMA NOVA POLÍTICA DE COESÃO FORTE E EQUILIBRADA

A política de coesão e os seus instrumentos financeiros têm tido uma grande importância para as regiões e os municípios da Suécia. A determinada governação autónoma do nosso país ajudou a garantir um forte empenho em relação às políticas de coesão a nível regional durante o período de programação atual e acredito que essa posição se manterá no próximo período. A opinião pública sueca é bastante favorável à definição de esforços prioritários orientados para o combate às alterações climáticas. Por conseguinte, é dado um grande apoio à reserva de investimentos que visem os domínios da eficiência energética e das técnicas assentes num baixo nível de emissões de carbono. A meu ver, a UE elaborou uma política de coesão equilibrada que tem em conta perspetivas ambientais, económicas e sociais. Além disso, esta política concentra-se ainda na necessidade de crescimento e prosperidade nas nossas regiões europeias. Sem a política de coesão, os trabalhos de desenvolvimento regional seriam mais centralizados, ignorando as oportunidades e benefícios globais de uma Europa próspera e em crescimento. Estou, por isso, deveras satisfeito por constatar que dispomos mais uma vez de uma política de coesão forte para todas as regiões da UE.

ANDERS KNAPE – *Presidente da Associação de Autoridades Locais e Regiões da Suécia*

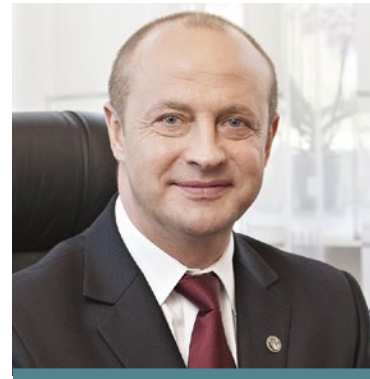


 Swedish Association
of Local Authorities
and Regions

▶ ASSOCIAÇÃO DE AUTORIDADES LOCAIS DA LITUÂNIA
A NOVA E MELHORADA POLÍTICA DE COESÃO APROXIMARÁ
AS REGIÕES EUROPEIAS

A nova perspetiva financeira será já a terceira para a Lituânia e é com orgulho que constato que foi alcançado um acordo sobre a muito aguardada reforma da política de coesão para 2014-2020 durante a nossa presidência. A política e as inovações que introduz disponibilizam instrumentos adicionais para os municípios e regiões. A reserva obrigatória de uma quota dos fundos do FEDER para a concretização de medidas implementadas diretamente por autoridades subnacionais conduzirá a uma maior parceria na seleção e implementação de projetos, bem como a uma melhoria da qualidade dos mesmos. Também nos apraz bastante a imposição da obrigatoriedade do Código de Conduta, que trará, definitivamente, um nível de qualidade adicional à implementação do princípio de parceria. Também estou convencido de que regras simplificadas de conceção e implementação de estratégias de desenvolvimento local orientadas para a comunidade e a introdução do Investimento territorial integrado reforçarão uma abordagem coordenada ao desenvolvimento territorial.

RIČARDAS MALINAUSKAS – *Presidente*



ASSOCIATION OF LOCAL AUTHORITIES
 IN LITHUANIA



ESPON

▶ ESPON – A REDE EUROPEIA DE OBSERVAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO
E DA COESÃO TERRITORIAIS
A ABORDAGEM DE BASE LOCAL AO DESENVOLVIMENTO
DAS REGIÕES E CIDADES PODE FLORESCER

O maior relevo dado a uma abordagem territorial e ao desenvolvimento urbano poderá desencadear efeitos de sinergia e valorizar a economia europeia. As novas ferramentas do Investimento Territorial Integrado e do Desenvolvimento Local orientado para a Comunidade assumem uma grande importância neste contexto. No entanto, as políticas, as estratégias e os projetos futuros suscetíveis de atrair investimentos devem basear-se em provas concretas, comparando regiões e cidades no âmbito do seu contexto europeu. Esta medida apoiará a tomada de decisões sólidas, uma aplicação inteligente dos fundos e a obtenção dos resultados pretendidos. O novo Programa ESPON 2020 desempenhará um papel especial como fornecedor de provas no âmbito da política de coesão 2014-2020. Serão disponibilizadas provas comparáveis e pan-europeias no que respeita à política e aos programas, incluindo dados, indicadores e análises, sobre tendências territoriais, estruturas e perspetivas europeias, bem como o impacto das políticas. O principal objetivo é a rápida transferência de conhecimentos para as partes interessadas europeias, nacionais, regionais e locais. Esperamos que a implementação do programa utilize as provas disponibilizadas de forma eficaz com o objetivo de estimular ideias e questões proativas e gerar desenvolvimento, crescimento e emprego.

PETER MEHLBYE – *Diretor da Unidade de Coordenação do ESPON*

▶ SCHLESWIG-HOLSTEIN, ALEMANHA
NOVAS ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA O GOVERNO
DO ESTADO DE SCHLESWIG-HOLSTEIN

O FEDER desempenha um papel muito importante na promoção do desenvolvimento económico em Schleswig-Holstein. Uma vez que teremos menos fundos disponíveis, a partir de 2014 precisaremos de definir áreas prioritárias claras para melhorar a estrutura económica do nosso estado. Com o novo programa operacional, o nosso objetivo consiste em financiar um maior número de projetos a nível estatal com um impacto estrutural do que no passado. Com o financiamento reduzido do FEDER, que corresponde a cerca de 271 mil milhões de euros, também estimularemos o nosso potencial de inovação regional no âmbito da investigação e do desenvolvimento e apoiaremos a competitividade das nossas pequenas e médias empresas. Outro dos eixos da nossa ação ao abrigo do FEDER será apoiar a transição energética: a promoção de uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono através do desenvolvimento de uma economia e infraestrutura ecológica é um elemento importante do programa. Ao longo dos próximos anos, gostaríamos de utilizar as oportunidades de financiamento no âmbito do FEDER para fomentar o desenvolvimento de Schleswig-Holstein com um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

REINHARD MEYER – *Ministro dos Assuntos Económicos, do Emprego, dos Transportes e da Tecnologia de Schleswig-Holstein*



SH 
 Schleswig-Holstein
 Der echte Norden



▶ASSEMBLEIA DAS REGIÕES DA EUROPA (ARE)

AS PRIORIDADES DE INVESTIMENTO SEGUEM O CAMINHO CERTO

Mesmo com um orçamento reduzido e decepcionante, as regiões da Europa têm grandes expectativas em relação à nova geração de Fundos Estruturais 2014-2020, que lhes deverá fornecer os recursos necessários para enfrentar as dificuldades e investir no futuro. Neste contexto, a prioridade dada ao emprego jovem, às PME inovadoras, à especialização inteligente e à economia verde segue o caminho certo. A política de coesão é, principalmente, uma política de desenvolvimento territorial, que deve ser conduzida pelas e para as regiões. Assim, a ARE irá acompanhar de perto a realização do princípio de parceria na criação e implementação dos fundos. Incentivamos a integração de medidas de mobilidade nos respetivos programas do FSE por parte das regiões, bem como de medidas de cooperação territorial nos programas do FSE e do FEDER (Artigo 87.3.d). A ARE dará seguimento aos seus ciclos de informação em 2014, tanto ao nível temático como ao nível estrutural, incluindo tópicos relacionados com a saúde, o apoio às PME e a educação.

HANDE ÖZSAN BOZATLI – *Presidente da ARE*

▶TILLVÄXTVERKET – A AGÊNCIA SUECA PARA O CRESCIMENTO

ECONÓMICO E REGIONAL

A ECONOMIA ASSENTE NUM BAIXO NÍVEL DE EMISSÕES DE CARBONO É NECESSÁRIA PARA O CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

Espero que os investimentos da UE na Suécia ao longo dos próximos anos acelerem o processo de transição para uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono, necessária tanto para o nosso clima como para o crescimento sustentável. No período de 2007-2013, os projetos levados a cabo ao abrigo dos programas do FEDER na Suécia já estavam direcionados para a eficiência energética e o desenvolvimento de uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono. Agora, com o maior relevo dado a esses domínios no âmbito dos programas, esta posição manter-se-á ao longo do próximo período de programação. Espero igualmente que a Suécia se torne ainda melhor na comercialização dos frutos da sua investigação e inovação, de modo a que as suas regiões e empresas consigam alcançar um maior crescimento sustentável.

BIRGITTA RHODIN – *Agente de Comunicação*



**TILLVÄXT
VERKET**



▶ASSOCIAÇÃO DAS AUTARQUIAS LOCAIS (LGA) DE INGLATERRA

E DO PAÍS DE GALES, REINO UNIDO

CONCRETIZAÇÃO CONJUNTA DE PROJETOS NO TERRENO

Os requisitos mais rigorosos para o trabalho em parceria a nível central e local constituem um verdadeiro impulso para as autoridades locais que pretendem estar no centro da elaboração e execução da próxima ronda. Esta é uma medida pela qual vínhamos a lutar desde o programa de 2000-2006. Permitirá que os fundos sejam adaptados de forma mais eficaz às verdadeiras necessidades das áreas locais. Existem também alguns novos instrumentos promissores que permitem às áreas locais aplicar os diferentes fundos de forma mais conjunta e integrada no terreno. No entanto, o grande desafio é convencer alguns governos a adotar estes instrumentos, uma vez que os ministérios temem que a agregação de fundos dê origem a complicações no que respeita à gestão e auditoria financeira. Por último, persiste a necessidade de simplificar os processos no terreno. Um projeto deveria poder apresentar uma única candidatura que abrangesse o FEDER e o FSE, por exemplo. Um projeto de construção, por exemplo, também deveria poder dar formação aos trabalhadores da construção em simultâneo.

DOMINIC ROWLES – *Conselheiro da UE (Política de Coesão), LGA*



socialplatform

▶ PLATAFORMA SOCIAL

A POLÍTICA DE COESÃO LUTARÁ CONTRA A POBREZA E A EXCLUSÃO

Perante o aumento da pobreza, da exclusão e do desemprego, os fundos de coesão estão a tornar-se rapidamente o instrumento financeiro mais importante para o desenvolvimento social e económico da UE e a adoção do novo pacote inclui algumas oportunidades interessantes para o setor social e as políticas sociais, ainda que pudesse ser mais ambicioso. Mais importante ainda, o «princípio de parceria», que inclui organizações da sociedade civil, é recebido com entusiasmo. A utilização do conhecimento e experiência das OSC servirá para reforçar ainda mais o papel dos fundos na luta contra a pobreza e a exclusão. A dotação de 23,1% do Fundo Social Europeu garantirá a inclusão de todos os cidadãos e não apenas daqueles que são relevantes no contexto do mercado de trabalho, uma medida de importância crítica quando sabemos que algumas pessoas poderão nunca entrar no mercado de trabalho e outras necessitam de apoio específico. Esperamos, igualmente, que a promoção do emprego sustentável e de qualidade no âmbito do pacote sirva, de algum modo, para reduzir o nível de trabalhadores pobres e empregos de má qualidade. Por último, apraz-nos constatar que algumas condicionalidades *ex-ante* importantes foram preservadas.

HEATHER ROY – *Presidente, Plataforma Social*

▶ CONSELHO DOS MUNICÍPIOS E REGIÕES DA EUROPA

O ENVOLVIMENTO DAS AUTORIDADES LOCAIS E REGIONAIS É ESSENCIAL

A adoção do novo pacote de coesão é, certamente, um passo na direção certa. Permitirá aos nossos municípios e regiões negociar no âmbito de um quadro legal estável o investimento em áreas prioritárias que são essenciais para o desenvolvimento das nossas sociedades, como a investigação e a inovação, a transição para uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono e a inclusão social. Para a política ser bem sucedida, é essencial que as autoridades locais e regionais estejam envolvidas na conceção, na implementação e no acompanhamento dos programas através da criação de um grupo de missão misto, por exemplo, reunindo os diversos níveis de governação, os parceiros socioeconómicos e a sociedade civil. Infelizmente, segundo um estudo realizado em 2013 em conjunto com as nossas organizações membros, apenas um terço dos países da UE inquiridos haviam definido as suas prioridades de financiamento em parceria com os nossos municípios e regiões. Em consequência, a monitorização da aplicação do princípio de parceria continua a ser essencial para o CMRE. Nesse sentido, solicitamos à Comissão Europeia que publique uma lista precisa dos atos delegados que adotam este princípio para permitir o estabelecimento de parcerias daqui em diante.

MARLÈNE SIMÉON – *Responsável pela política, política de coesão e territorial, sociedade da informação e governo eletrónico*



▶ PRESIDÊNCIA LETÁ DO CONSELHO DA UE

NOVAS MEDIDAS PARA TORNAR O INVESTIMENTO MAIS EFICIENTE

Um acordo para a reforma da política de coesão para o período 2014-2020 foi por fim alcançado. O debate teve início em outubro de 2011 e foram necessários mais de dois anos para concluir estas negociações épicas que se prolongaram por cinco presidências sucessivas do Conselho. A reforma introduziu diversos elementos importantes concebidos para aumentar a eficácia do investimento. Uma programação estratégica reforçada deverá melhorar as sinergias e a coordenação entre os diferentes instrumentos de financiamento. A maior concentração temática do investimento nas áreas prioritárias da UE deverá aumentar a visibilidade do contributo da política para a consecução dos objetivos da Estratégia Europa 2020. Para aplicar as condicionalidades *ex ante*, será necessário garantir que os investimentos são realizados num ambiente seguro do ponto de vista estratégico e legal, enquanto os requisitos estabelecidos em termos de desempenho para os programas devem incentivar a concentração em resultados simultaneamente realistas e ambiciosos. Neste momento, os Estados-Membros e a Comissão estão a concentrar os seus esforços na finalização dos documentos da nova geração de programação orientados para a aplicação prática dos elementos introduzidos pela reforma.

DARIUS TRAKELIS – *Presidente do Grupo de Trabalho das Ações Estruturais do Conselho, Presidência letá do Conselho (segundo semestre de 2013)*

▶COMITÉ DAS REGIÕES

A POLÍTICA DE COESÃO CRIA PARCERIAS E SOLIDARIEDADE

Tendo como base a experiência adquirida nos últimos tempos, a política de coesão 2014-2020 revista e reformada é especialmente atual. As pessoas esperam crescimento e emprego e a política de coesão desempenha um papel fundamental nesse contexto graças à sua função de pilar de solidariedade e orçamento de investimento. É de aplaudir que esteja a ser criada uma base estratégica mais forte e que esta se concentre exclusivamente em programas operacionais orientados para resultados tangíveis e sustentáveis. Desta forma, a probabilidade de consecução dos objetivos da Estratégia Europa 2020 é muito maior e os cidadãos podem perceber melhor as mais-valias que a Europa proporciona. Não menos importante, é dado agora um destaque maior ao estabelecimento de parcerias e, pela primeira vez, à necessidade de uma «governança combinada». Isto permite e obriga a que todos os níveis do governo, quer sejam locais, regionais, nacionais ou europeus, cumpram as suas responsabilidades e, em seguida, cooperem nessa base. Não só em teoria como também na prática, tanto nos acordos de parceria como na vida real no âmbito dos programas operacionais.

LUC VAN DEN BRANDE – Vice-Presidente, Comité das Regiões, Conselheiro Especial do Comissário Hahn no âmbito da política de coesão e da Estratégia Europa 2020, com destaque para a governança combinada



EUROPEAN UNION

Committee of the Regions



 GENERALITAT VALENCIANA

▶REGIÃO DE VALÊNCIA, ESPANHA

UMA REFORMA DIRECIONADA PARA TRÊS ÁREAS ESTRATÉGICAS

A nova abordagem da política de coesão para o período 2014-2020 é o resultado de um longo e árduo processo de negociação a diferentes níveis. A região de Valência, presente nestas negociações juntamente com as restantes regiões da Europa, partilha os valores desta reforma, que intensifica os seus esforços em três áreas estratégicas que constituem o quadro de ação da nossa região. Em primeiro lugar, a ênfase recai sobre a inovação como um catalisador da competitividade em todos os fundos, com o objetivo de avançar para um verdadeiro desenvolvimento global. Em Valência, esta medida é especialmente valorizada, uma vez que encorajamos ações de promoção de I&D nos nossos setores estratégicos. Em segundo lugar, a promoção do emprego assume um papel significativo no novo período, com um aumento dos recursos disponibilizados nesse sentido. Por último, consideramos um terceiro grande objetivo crucial: a luta contra a pobreza. Esta doença da sociedade afeta milhões de cidadãos europeus e é particularmente acentuada nos países mais atingidos pela crise económica. A união dos nossos esforços para combater este problema afigura-se agora mais importante do que nunca e a nossa região está disposta a participar na luta para o erradicar.

JUAN VIESCA – Diretor-Geral dos Fundos e Projetos Europeus, Governo de Valência




DÊ-NOS
A SUA
OPINIÃO

regio-panorama@ec.europa.eu

Uma Política de Coesão reformada na Europa

A principal política de investimento para empregos e crescimento

As reformas acordadas para o período 2014-2020 são concebidas para **maximizar o impacto do financiamento da UE** disponível.

Orçamento global da UE para 2014-2020 de **1 082 mil milhões de euros**

67,5%

Outras políticas da UE, agricultura, investigação, externo, etc.

730,2 mil milhões de euros

32,5%

Financiamento da política de coesão

351,8 mil milhões de euros

CONCEDIDO ATRAVÉS DE 3 FUNDOS

Crescimento

A Política de Coesão concretiza as metas da Europa 2020

Inteligente
Sustentável
Inclusivo



A Estratégia Europa 2020 em poucas palavras

A ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO DA UE A DEZ ANOS

Pretende estimular um crescimento:

- INTELIGENTE**, através de investimentos na educação, na investigação e na inovação
- SUSTENTÁVEL**, graças à transição para uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono
- INCLUSIVO**, com destaque para a criação de emprego e a redução da pobreza

FINANCIAMENTO DA POLÍTICA DE COESÃO DE 351,8 MIL MILHÕES DE EUROS

+

CONTRIBUIÇÕES NACIONAIS DO SETOR PÚBLICO E PRIVADO ESPERADAS

=

IMPACTO PROVÁVEL DA POLÍTICA DE COESÃO DE MAIS DE 500 MIL MILHÕES DE EUROS

CONCENTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

11 OBJETIVOS TEMÁTICOS PARA AJUDAR A CONCRETIZAR AS METAS DA EUROPA 2020



Investigação e inovação



Luta contra as alterações climáticas



Melhor educação, formação



Tecnologias da informação e da comunicação



Ambiente e eficiência na utilização dos recursos



Inclusão social



Competitividade das PME



Transporte sustentável



Melhor administração pública



Economia assente num baixo nível de emissões de carbono



Emprego e mobilidade

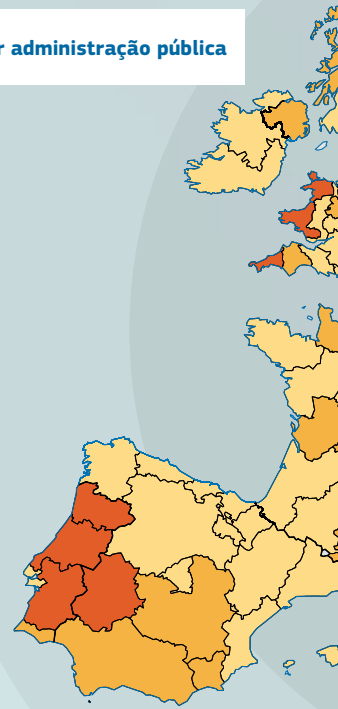
COM O APOIO DO FEDER

COM O APOIO DO FSE

PRINCIPAIS PRIORIDADES PARA O FEDER

PRINCIPAIS PRIORIDADES PARA O FSE

COM O APOIO DO FUNDO DE COESÃO



PARA O FUNDO EUROPEU DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Concentração do investimento em, pelo menos, duas das quatro principais prioridades, com uma dotação específica para a economia assente num baixo nível de emissões de carbono

REGIÕES MENOS DESENVOLVIDAS

12% 50%

REGIÕES DE TRANSIÇÃO

15% 60%

REGIÕES MAIS DESENVOLVIDAS

20% 80%

PARA O FUNDO SOCIAL EUROPEU

Concentração num máximo de cinco prioridades de investimento no âmbito dos objetivos temáticos

60%

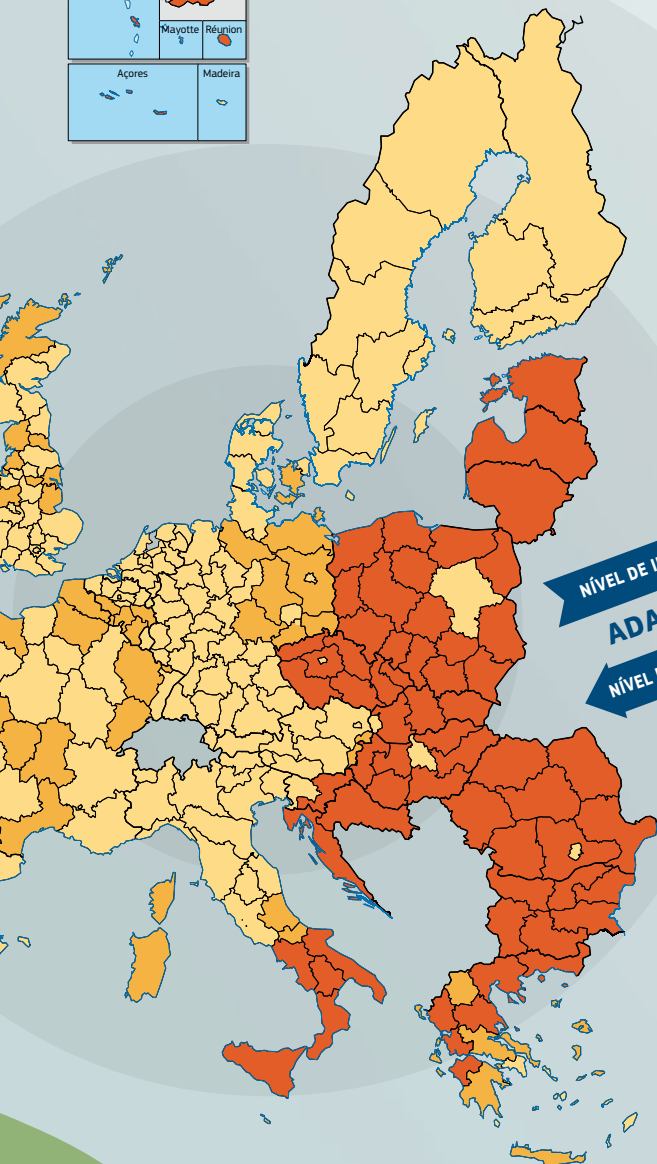
70%

80%

Concentração na inclusão social, no combate à pobreza e na luta contra a discriminação em cada país

20%

TODAS AS REGIÕES DA UE BENEFICIAM



NÍVEL DE INVESTIMENTO
ADAPTADO AO
NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO

182,2 mil milhões de euros

para regiões menos desenvolvidas
PIB < 75% da média da UE27



27% da pop. da UE

35,4 mil milhões de euros

para regiões de transição
PIB 75-90% da média da UE27



12% da pop. da UE

54,3 mil milhões de euros

para regiões mais desenvolvidas
PIB > 90% da média da UE27



61% da pop. da UE

FINANCIAMENTO INTEGRAL DA POLÍTICA DE COESÃO 2014-2020 (351,8 MIL MILHÕES DE EUROS)

1,6 mil milhões de euros
Dotação específica para regiões ultraperiféricas e com baixa densidade populacional

1,2 mil milhões de euros
Assistência técnica

3,2 mil milhões de euros
Iniciativa para o emprego dos jovens (reforço)

0,4 mil milhões de euros
Ações urbanas inovadoras

10,2 mil milhões de euros
Cooperação Territorial Europeia

63,3 mil milhões de euros
Fundo de Coesão

54,3 mil milhões de euros
Regiões mais desenvolvidas

35,4 mil milhões de euros
Regiões de transição

182,2 mil milhões de euros
Regiões menos desenvolvidas

PARA O FUNDO DE COESÃO

Investimento concentrado em redes transeuropeias de transportes e no ambiente em BG, CZ, EL, ES, HR, CY, LV, LT, HU, MT, PL, PT, RO, SI, SK

QUAIS SÃO AS NOVIDADES PARA 2014-2020?

MELHOR FOCALIZAÇÃO
NOS RESULTADOS



RESERVA DE DESEMPENHO
DE 6% ATRIBUÍDA EM 2019

CONDIÇÕES * ANTES
DE CANALIZAR FUNDOS



Conformidade com a legislação ambiental

Sistemas de contratos públicos

Ligações de transportes essenciais

Reformas positivas para os negócios

Estratégias de «especialização inteligente»

*Consoante os objetivos temáticos selecionados

REGRAS COMUNS



SIMPLIFICAÇÃO

Conjunto de regras comum
para todos os Fundos Estruturais
e de Investimento Europeus

Regras de elegibilidade
mais claras

Maior utilização da tecnologia
digital (coesão eletrónica)

Exigências de relatórios
mais específicos

Regras contabilísticas
mais simples

Programas multifundos



O projeto «Visual harvesting» ajuda a capturar a essência das histórias das pessoas.

▶ UMA COMUNICAÇÃO MELHOR E MAIS EFICAZ

UM PAPEL DE MAIOR DESTAQUE A DESEMPENHAR NA POLÍTICA DE COESÃO 2014-2020

A política de coesão é o principal veículo de implementação da política regional e de emprego da UE e inclui o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo de Coesão e o Fundo Social Europeu. O orçamento da política de coesão ascende a perto de 352 mil milhões de euros para o período 2014-2020 e representa mais de um terço do orçamento da União Europeia. No entanto, os cidadãos europeus nem sempre estão conscientes do impacto que estas políticas têm nas suas comunidades locais.

Um inquérito de opinião «Flash Eurobarómetro» pan-europeu⁽¹⁾ (ver caixa na página 30), levado a cabo em todos os países da UE em setembro de 2013 para aferir a sensibilização e a perceção dos cidadãos no que respeita à política regional da UE, mostrou claramente que os níveis de sensibilização em matéria de política regional variam significativamente entre os Estados-Membros e as regiões da UE. Apesar de a divulgação das conquistas da política de coesão da UE ser um elemento importante das responsabilidades das autoridades de gestão e dos beneficiários que supervisionam os programas e os projetos, será necessário dar uma atenção ainda maior à comunicação eficaz dos objetivos da política de coesão durante o período de financiamento 2014-2020.

A Direção-Geral da Política Regional e Urbana da Comissão tomou uma série de medidas concretas com vista a aumentar a visibilidade da política de coesão da UE. Estas medidas

incluem uma avaliação externa de «Good practices in EU regional policy communications 2007-2013 and beyond» (Boas práticas na comunicação da política regional da UE em 2007-2013 e além).

Por sua vez, os resultados deste estudo deram origem a uma conferência realizada em Bruxelas a 9 e 10 de dezembro de 2013 e que reuniu os representantes da UE, nacionais e regionais envolvidos na divulgação dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus. Intitulada «Telling the Story» (Contar a história), a conferência sublinhou o novo destaque dado à utilização de exemplos mais concretos de boas ações locais e impactos positivos a fim de mudar a perceção que os cidadãos têm da União Europeia.

A conferência foi também concebida com o propósito de disponibilizar conhecimentos especializados úteis às autoridades de gestão antes de estas finalizarem as suas estratégias de comunicação para os programas operacionais, uma obrigação determinada pelas novas regras da política de coesão. Através do conhecimento do trabalho dos seus homólogos noutros países, do intercâmbio de ideias e do trabalho em rede, os agentes de comunicação estão a construir uma plataforma conjunta que permitirá melhorar a eficácia da comunicação no que respeita à Europa.

No plano regulamentar, a Comissão também deu passos para clarificar e atualizar as regras de informação e comunicação existentes no domínio da divulgação da política de coesão.

(1) Flash Eurobarómetro: Sensibilização e perceção dos cidadãos em relação à política regional da UE.

▷ BOAS PRÁTICAS NA COMUNICAÇÃO DA POLÍTICA REGIONAL DA UE

Em 2013, a Direção-Geral da Política Regional e Urbana solicitou uma avaliação da comunicação da política regional da UE com vista a identificar boas práticas nos Estados-Membros e rever a sua própria abordagem à comunicação.

A pesquisa documental incluiu todos os Estados-Membros da UE, enquanto o trabalho de campo foi realizado em oito países: Alemanha, Espanha, Estónia, França, Hungria, Itália, Polónia e Suécia.

Entre os principais critérios utilizados para identificar exemplos de boas práticas, estavam incluídos:

- ▶ a utilização de uma linguagem clara e simples;
- ▶ um design inovador, atrativo, apelativo e/ou fácil de utilizar;
- ▶ um forte contacto com os meios de comunicação social e/ou o público-alvo;
- ▶ o esclarecimento do papel desempenhado pela UE e o respeito pelas regras de visibilidade.

A avaliação identificou boas práticas num vasto leque de áreas, tais como:

- ▶ um concurso de fotografia em cartazes na Estónia, cujo exemplo foi seguido com êxito por outros Estados-Membros;
- ▶ um concurso de televisão sobre a Europa com escolas na Andaluzia, Espanha;
- ▶ uma brochura colorida acerca da política de coesão entregue em todos os agregados familiares na Saxónia, Alemanha;
- ▶ pequenos vídeos de sensibilização na Polónia e em Brandeburgo, Alemanha;

▷ CONTAR A HISTÓRIA

DIVULGAÇÃO DOS FUNDOS ESTRUTURAIS E DE INVESTIMENTO EUROPEUS 2014-2020

A conferência «Telling the Story» reuniu profissionais da comunicação a nível regional, nacional e europeu num encontro único.

Esta conferência reuniu, pela primeira vez, os agentes de comunicação responsáveis pelos cinco Fundos Estruturais e de Investimento da UE (o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu, o Fundo de Coesão, o Fundo

Concurso de televisão sobre a Europa na Andaluzia.



- ▶ uma campanha inovadora com instalações artísticas sobre o impacto concreto dos fundos regionais da UE na Hungria;
- ▶ jornadas abertas anuais de projetos na França e nos Países Baixos.

As autoridades de gestão continuam a ser responsáveis pela luta contra a suposta falta de interesse no seio do público e dos meios de comunicação social. A descoberta e a divulgação de histórias «dignas de notícia», como projetos relevantes a nível local, regional ou até mesmo nacional, é um desafio comum enfrentado por todos os comunicadores da política regional.

▶ SAIBA MAIS

Inscreva-se na RegioNetwork e aceda ao relatório completo: <http://bit.ly/1fpMQ5s>

Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e o Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas). Ao conhecerem o trabalho dos seus homólogos noutros países e de outros Fundos, os participantes puderam procurar formas mais eficazes de comunicar coletivamente, em especial através do intercâmbio de ideias, de melhores práticas e do trabalho em rede.

A concentração na utilização de exemplos mais concretos de boas ações locais e impactos positivos para alterar a perceção das pessoas relativamente à União Europeia foi a mensagem mais forte enviada por este evento.

O procedimento do evento, que capturou a essência dos debates sob a forma visual, foi uma forma inovadora de ilustrar estas histórias positivas.

O evento juntou mais de 800 participantes provenientes dos 28 países da UE e incentivou a colaboração entre os funcionários



Relato de histórias – a autora Jung Chang conta a sua história comovente.

nacionais, regionais e da UE envolvidos na divulgação dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus. Contribuiu para criar uma base sólida para as estratégias de comunicação que acompanharão os programas do ESIF (EU Structural and Investment Funds, Fundos Estruturais e de Investimento Europeus) durante o período de financiamento 2014-2020.

Além dos agentes de comunicação das autoridades nacionais e regionais, estiveram incluídos entre os participantes chefes das autoridades de gestão, jornalistas, representantes de organizações interessadas, redes da UE como o Europe Direct, agentes de comunicação que trabalham para a Comissão Europeia em Bruxelas e nas representações nacionais da Comissão, bem como representantes de outras instituições da UE.

O programa, as apresentações e os registos visuais da conferência, incluindo testemunhos dos participantes, estão disponíveis no Web site Infoforegio.

▶ SAIBA MAIS

<http://ec.europa.eu/telling-the-story>

http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/telling-the-story/visual_en.cfm

▶ NOVAS REGRAS PARA A COMUNICAÇÃO DA POLÍTICA DE COESÃO 2014-2020

O novo Regulamento dá uma maior prioridade à comunicação, o que constitui um sinal de que o reconhecimento do sucesso de projetos locais é a forma mais eficaz de aumentar a sensibilização para o trabalho realizado pela UE, bem como para os seus benefícios positivos.

As novas exigências legais que visam a informação e a comunicação no âmbito da política de coesão foram formuladas em estreita colaboração com a rede INFORM de agentes de comunicação em todos os Estados-Membros da UE e conferem um maior grau de responsabilidade às autoridades de gestão e aos comités de acompanhamento dos programas neste domínio.

Os aspetos fundamentais que as autoridades de gestão e os beneficiários devem ter em conta são:

▶ Um evento de lançamento do programa

O Estado-Membro ou a autoridade de gestão terá de organizar um evento de lançamento e, subsequentemente, uma grande ação de informação anual para cada programa, com vista a alcançar a maior cobertura possível por parte dos meios de comunicação social.

▶ Uma estratégia de comunicação de sete anos

Os comités de acompanhamento devem adotar uma estratégia de comunicação de sete anos para cada Programa Operacional (ou uma estratégia comum que abranja vários PO) no prazo de seis meses após a adoção dos programas relevantes. O comité de acompanhamento terá de avaliar o processo de implementação e as atividades de comunicação futuras uma vez por ano.

▶ Web site ou portal da política de coesão

Os Estados-Membros devem criar um Web site ou portal nacional único que permita aceder a todos os programas operacionais do FEDER, do FSE e do Fundo de Coesão, incluindo a lista de operações.

▶ **Lista de operações**

A lista de operações tem de fornecer informações sobre todos os projetos sob a forma de uma folha de cálculo ou em formato XML para permitir a pesquisa, a classificação e a exportação dos dados. No entanto, os nomes dos beneficiários que sejam pessoas singulares não devem ser divulgados por motivos de proteção de dados. A lista deve ser atualizada, no mínimo, a cada seis meses pelo Estado-Membro ou pela Autoridade de Gestão.

▶ **Agentes nacionais de informação e comunicação**

Cada Estado-Membro deve nomear um agente nacional de informação e comunicação, que é responsável pela criação e manutenção do Web site ou portal nacional da política de coesão e coordena as atividades de comunicação relativas a um ou vários fundos, incluindo as redes de comunicação nacionais.

▶ **Agente de comunicação**

É necessário nomear um agente de comunicação para cada programa (que poderá ser a mesma pessoa para vários programas).

▶ **Painéis, placas, cartazes e Web sites**

As operações ao abrigo do FEDER e do Fundo de Coesão (infraestruturas ou trabalhos) que recebam mais de 500000 euros de financiamento público devem apresentar painéis temporários durante a implementação do projeto e uma placa permanente após a conclusão do mesmo.

Os projetos que recebam um montante inferior a 500000 euros devem apresentar um cartaz (com o tamanho A3, no mínimo) na área de entrada do edifício do beneficiário.

Os beneficiários que tenham um Web site devem informar aí o público acerca da operação, dos seus objetivos e resultados e do apoio financeiro recebido da UE.

▶ **SAIBA MAIS**

Rede INFORM:
http://ec.europa.eu/regional_policy/informing/networking/index_en.cfm
 Regulamento:
<http://europa.eu/!Gy78UT>

▷ INQUÉRITO EUROBARÓMETRO

SENSIBILIZAÇÃO E PERCEÇÃO DOS CIDADÃOS EM RELAÇÃO À POLÍTICA REGIONAL DA UE

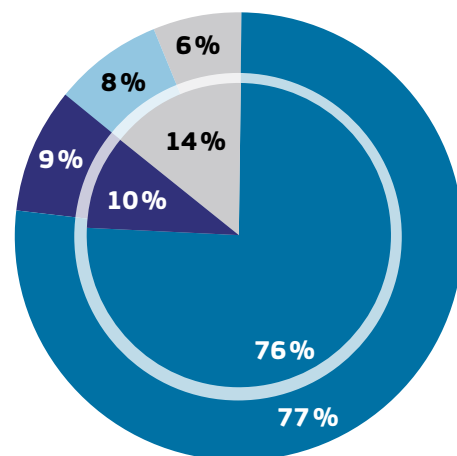
O inquérito foi realizado entre os dias 23 e 25 de setembro de 2013 nos 28 Estados-Membros da UE. Foram entrevistados cerca de 28 065 cidadãos de diferentes grupos sociais e demográficos e os resultados foram comparados a um inquérito semelhante levado a cabo em junho de 2010.

Entre os inquiridos que tinham conhecimento do investimento realizado na sua área, mais de três quartos afirmaram estar confiantes quando ao impacto positivo dos projetos cofinanciados no desenvolvimento económico e social da sua região ou cidade.

A sensibilização geral para a política manteve-se estável nos 34% quando comparada com um inquérito semelhante realizado em 2010. A Polónia apresenta um nível mais elevado de sensibilização (80%), seguida pela Lituânia e a República Checa (com 67% cada).

MAIS DE TRÊS QUARTOS (77%) DOS INQUIRIDOS QUE TÊM CONHECIMENTO DE PROJETOS COFINANCIADOS PELA UE AFIRMAM QUE ESTES TIVERAM UM IMPACTO POSITIVO, O QUE REPRESENTA UMA LIGEIRA SUBIDA (+1%) EM RELAÇÃO A JUNHO DE 2010.

(UE-28)

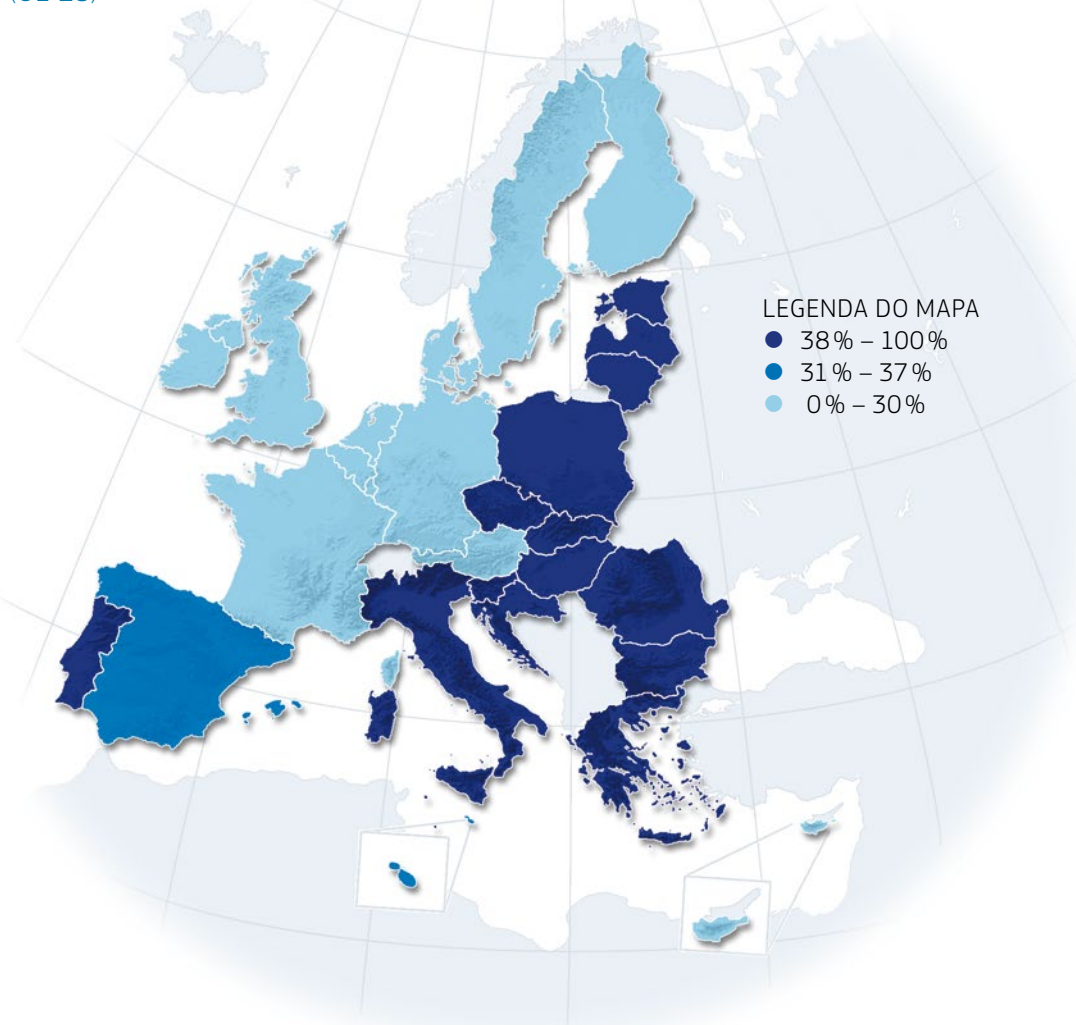


- Positivo
- Negativo
- Nenhum impacto
- Não sabe

Gráfico interior: FL298 Junho de 2010
 Gráfico exterior: FL384 set. 2013

	PL	80%
	LT	67%
	CZ	67%
	LV	65%
	SK	65%
	HU	62%
	BG	62%
	SI	60%
	EE	53%
	PT	51%
	IT	48%
	RO	46%
	HR	39%
	EL	38%
	MT	35%
	EU	34%
	ES	33%
	FR	28%
	IE	27%
	LU	27%
	CY	24%
	FI	24%
	SE	23%
	BE	17%
	AT	16%
	DE	15%
	NL	15%
	DK	13%
	UK	10%

O NÍVEL DE SENSIBILIZAÇÃO SOBRE O APOIO FINANCEIRO EUROPEU ÀS REGIÕES E CIDADES SITUA-SE ENTRE OS 80% NA POLÓNIA E OS 10% NO REINO UNIDO. (UE-28)



LEGENDA DO MAPA
 ● 38% – 100%
 ● 31% – 37%
 ● 0% – 30%

Impacto positivo

Existe uma forte ligação entre a elegibilidade de um país para a atribuição de fundos regionais da UE e o nível de sensibilização para os projetos cofinanciados pela UE. Além disso, existe uma sólida ligação entre o benefício pessoal proporcionado por um projeto financiado pela UE e a percepção do impacto positivo desse projeto.

Em geral, a televisão continua a ser a principal fonte de informação no que respeita aos projetos cofinanciados pela política regional, enquanto em países como a Alemanha e a Finlândia os jornais regionais e locais desempenham um papel central nessa divulgação. Na Irlanda e na Hungria, os painéis foram referidos como a principal fonte de informação inicial. Por outro lado, a Internet foi identificada como a principal fonte de informação para os jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos.

A maioria das pessoas (52%) considera que a UE deveria investir em todas as suas regiões, enquanto 42% afirmam que a mesma deveria investir apenas nas regiões mais pobres. Estes números representam uma mudança significativa em relação a junho de 2010, quando mais pessoas consideravam que a UE deveria investir apenas nas regiões mais pobres (49%) e não em todas as regiões (47%).

O relatório destaca a necessidade e a importância da divulgação das conquistas e das histórias aos cidadãos por parte das autoridades de gestão da política regional da UE e dos beneficiários, em paralelo com a Comissão Europeia.

▶ **SAIBA MAIS**
 Relatório Flash Eurobarómetro:
http://ec.europa.eu/public_opinion/flash/fl_384_en.pdf

▶ UM PAPEL FUNDAMENTAL PARA O PARLAMENTO EUROPEU NA REFORMA DA POLÍTICA DE COESÃO

MARCOS EM DIREÇÃO À POLÍTICA DE COESÃO PARA 2014-2020



A deputada do Parlamento Europeu Danuta Hübner preside à Comissão do Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu.

Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa em 2009, o Parlamento Europeu tornou-se, pela primeira vez, colegislador no âmbito da política de coesão. Os membros da Comissão do Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu (REGI) desempenharam um papel fulcral na elaboração do novo Regulamento. A Comissão assumiu uma posição de peso para garantir que a política de coesão se concentra nos resultados e tem em conta as necessidades locais, regionais e nacionais na consecução dos objetivos da UE.

A PANORAMA FALOU COM ALGUNS LÍDERES DA COMISSÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO PARLAMENTO EUROPEU (REGI) SOBRE A ELABORAÇÃO DO NOVO PACOTE LEGISLATIVO.

– Ver as páginas 34-35 ▶

EM QUE MEDIDA FOI TIDA EM CONTA A CONTRIBUIÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES REGIONAIS EUROPEIAS?

As organizações locais e regionais europeias desempenharam um papel importante ao longo do processo pré-legislativo e legislativo que se prolongou pelos últimos dois anos e meio. Estas organizações deram o seu contributo através de posições escritas e apresentações perante a Comissão REGI e estabeleceram relações produtivas com a Presidência e os relatores. Os seus pareceres foram plenamente tomados em consideração pela comissão. Estas partes interessadas são uma importante fonte de informação para o Parlamento Europeu e é essencial conhecer a sua opinião e receber as suas contribuições.

«Iniciamos este debate como um colegislador de pleno direito para transferir o foco de incidência da política de coesão da estabilidade para o crescimento», afirmou Danuta Hübner, Presidente da Comissão do Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu, em outubro de 2011 durante a abertura da reunião interparlamentar entre os deputados do Parlamento Europeu, os seus homólogos nacionais, a Comissão Europeia e o Conselho de Ministros.

Foram nomeados sete relatores na comissão REGI e na comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais (EMPL), cuja função seria supervisionar as complexas negociações que iriam decorrer ao longo dos dois anos seguintes. Dois «relatores principais», Lambert van Nistelrooij (EPP, NL) e Constanze Krehl (S&D, DE), ajudaram a garantir o apoio político dos dois maiores grupos políticos.

- ▶ O diálogo político pré-legislativo entre o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia teve lugar antes de outubro de 2011. Este diálogo permitiu clarificar as principais questões políticas e facilitar o debate ao nível político. O «Grupo de trabalho em matéria da futura política de coesão» foi criado como o principal fórum informal de debate do Parlamento. Deu origem a várias reuniões, consultas e audições públicas com as partes interessadas: ONG, sociedade civil, organizações regionais, etc. Este procedimento aberto permitiu incorporar os pontos de vista das diferentes partes.
- ▶ Em julho de 2012, o Parlamento Europeu chegou a um acordo sobre a sua posição negocial para o pacote legislativo das propostas de reforma. Foram apresentadas mais de 3 000 alterações às propostas legislativas da Comissão.
- ▶ Decorreram discussões «tripartidas» entre o Parlamento, o Conselho e a Comissão. Foram necessárias cerca de 100 reuniões para se alcançar um acordo quanto aos projetos de regulamentação.

- ▶ Em novembro de 2013, a Comissão do Desenvolvimento Regional do Parlamento aprovou o acordo estabelecido com o Conselho, abrindo caminho à implementação atempada da política de investimento no valor de 351,8 mil milhões de euros para as regiões da UE.

Danuta Hübner, que presidiu a todas as reuniões de negociação com o Conselho desde 2012, afirmou que «Após mais de um ano de negociações com o Conselho e a Comissão, chegámos a um acordo sobre a reforma da política regional da UE que direciona o investimento para áreas-chave do crescimento e do emprego, conforme definido na Estratégia Europa 2020, através de um conjunto de regras comum aplicáveis a todos os Fundos da UE, dando assim origem a uma simplificação considerável».

O que está ainda por fazer?

Agora, o Parlamento, através das suas comissões competentes, tem de tomar uma posição quanto aos Atos Delegados. A Comissão Europeia já adotou o primeiro e um dos mais importantes: o Código de Conduta Europeu sobre Parcerias, que estabelece as condições para o envolvimento dos parceiros na preparação e implementação dos Acordos de Parceria e programas para o período 2014-2020.

O secretariado REGI do Parlamento participa nas reuniões preparatórias de peritos e estabelece um contacto regular com a DG da Política Urbana e Regional da Comissão.

Qual é o papel desempenhado pelo Parlamento na implementação da política?

Uma das principais funções do Parlamento é exercer escrutínio, principalmente através das suas comissões parlamentares que supervisionam a implementação da política. A particularidade que distingue a política de coesão é a sua implementação num sistema de gestão partilhada por um organismo europeu, a Comissão, e os Estados-Membros através de administrações nacionais, regionais e locais. Por conseguinte, o escrutínio realizado à política por parte do Parlamento afeta a Comissão Europeia e os restantes organismos, apesar de a Comissão ser a única responsável perante o Parlamento nos termos do Tratado. Sendo assim, a melhoria do escrutínio e da avaliação da política neste contexto mais amplo é o desafio da Comissão REGI.

▶ SAIBA MAIS

www.europarl.europa.eu/committees/pt/regi/home.html



▶ APOIAR A DIMENSÃO SOCIAL DA POLÍTICA DE COESÃO

CONSTANZE KREHL

Deputada do Parlamento Europeu, Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas, Membro da Comissão de Desenvolvimento Regional (Correlatora Regulamento Disposições Comuns)

▶Negociações bem sucedidas

Estou plenamente satisfeita com o resultado global das negociações em torno do novo Regulamento. Foram necessários dois anos de trabalho árduo que incluiu a compilação de 3000 alterações e a realização de centenas de reuniões com o meu correlator Lambert van Nistelrooij e a equipa de negociação do Parlamento, bem como mais de 90 trólogos com o Conselho e a Comissão. É claro que gostaria de ter testemunhado um resultado diferente para algumas questões e as instituições nem sempre partilharam a mesma opinião. No entanto, alcançamos um bom compromisso que moldará uma política de coesão moderna e bem sucedida para os próximos sete anos.

▶Condicionalidades macroeconómicas

As condicionalidades macroeconómicas e a reserva de desempenho foram duas questões controversas ao longo do processo de negociação. Como social-democrata, sempre me pronunciei contra a introdução de um mecanismo macroeconómico na política de coesão e lutei amplamente para o eliminar do Regulamento. Uma vez que a Comissão e o Conselho não apoiaram a nossa posição, este continua a fazer parte do Regulamento. Contudo, conseguimos enfraquecer profundamente a formulação do artigo, o que me dá esperança de que esse mecanismo nunca entrará em vigor. As regiões não devem ser responsabilizadas pelo fracasso orçamental do Estado-Membro.

A ideia subjacente à reserva de desempenho é oportuna, mas a forma como esta funcionará na prática será a chave do sucesso. Será que os projetos continuarão a ser suficientemente inovadores ou inventivos ou será que as exigências se tornarão menos rigorosas a fim de alcançar determinados objetivos para aceder à reserva de desempenho? Além disso, na minha opinião, a reserva de desempenho é um passo discreto por parte do Conselho para poupar recursos monetários até ao final do período de programação e não posso apoiar esse propósito.

▶Estimular a economia

Em tempos de crise económica e financeira, a política de coesão é um dos mais eficazes instrumentos da UE para estimular a economia, apoiar o emprego sustentável e apoiar a investigação e a inovação. As regiões mais atingidas pela crise também continuarão a beneficiar de uma taxa de cofinanciamento mais elevada para fomentar o crescimento e o emprego. Tal como aconteceu nos anos anteriores, continuará a ser dada prioridade de financiamento às regiões menos desenvolvidas da UE, estando reservados mais de 182 mil milhões de euros para o investimento nestas regiões.

▶Apoiar os objetivos sociais

O novo Regulamento visa garantir que é direcionado um investimento suficiente para as questões sociais. Quatro das prioridades temáticas do novo Regulamento dizem respeito ao Fundo Social Europeu: o apoio ao emprego sustentável e de qualidade, a promoção da inclusão social, o investimento na educação e o reforço do desenvolvimento da capacidade institucional. Além disso, o novo Regulamento introduz uma quota fixa do FSE, que representa 23,1% dos recursos globais e deve ser atribuída do Fundo Social. Isto é um grande aumento para vários Estados-Membros e serve para assegurar a concessão do nível de apoio adequado à dimensão social da política de coesão.



▶▶ UMA ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO PARA TRANSFORMAR A ECONOMIA EUROPEIA

LAMBERT VAN NISTELROOIJ

Deputado do Parlamento Europeu, Grupo do Partido Popular Europeu (democratas-cristãos), Membro da Comissão de Desenvolvimento Regional (Correlator Regulamento Disposições Comuns)

▶Uma revolução virtual na abordagem

O novo Regulamento e a estratégia abrangente a ele subjacente representam uma revolução virtual no que respeita à forma de implementação da política de coesão. Promover a compreensão e a adoção do novo modo de funcionamento junto dos Estados-Membros foi um desafio.

Estávamos determinados a garantir que as coisas não seriam como no passado. Seria necessário satisfazer condições prévias antes da atribuição dos fundos. Os recursos monetários seriam investidos de forma eficaz em áreas enquadradas no plano global de revitalização da economia europeia. Lutamos para manter a estratégia no caminho escolhido ao longo de uma dura negociação com os Estados-Membros em várias reuniões tripartidas.

▶«Plano de negócios» para a Europa

Agora, a política de coesão é a principal estratégia de investimento para a Europa. Faz parte daquilo que eu classificaria como um plano de negócios para desenvolver o potencial das regiões e transformar novamente a Europa numa força económica líder a nível mundial.

A «especialização inteligente» desempenha um papel de destaque nesta estratégia. Disponibilizamos fundos com o propósito de promover o desenvolvimento das regiões em áreas estratégicas que terão um impacto positivo nas próprias regiões e na Europa. Com isto, elas podem recorrer a competências complementares noutras regiões. Encaro isto como uma «rede de excelência», onde as regiões podem desenvolver os seus talentos de forma a elevarem-se ao nível das áreas mais avançadas da Europa.

▶Concentração nas prioridades acordadas

A concentração temática visa destacar as áreas onde a Europa deve investir e progredir para recuperar a sua posição no plano mundial. A nova abordagem tem por objetivo investir em I&D e em infraestruturas de conhecimento como uma base sólida para a competitividade e a criação de emprego no futuro. Definimos as áreas em que a Europa deve investir. Os Estados-Membros e as regiões podem escolher as suas prioridades entre elas.

▶Melhores sinergias entre os fundos

Os principais desafios dos próximos anos serão como conseguir uma melhor sinergia entre os cinco Fundos Estruturais e de Investimento Europeus e os fundos de I&D. Precisamos desta nova abordagem, levando para bordo as inexploradas capacidades dos denominados novos Estados-Membros.

O quadro estratégico permite que os projetos combinem recursos provenientes de diferentes fundos. Salvaguarda a eficácia e a estratégia integrada da implementação da política. As disposições comuns do planeamento e da programação estratégicas e a lista comum de objetivos temáticos preparam o caminho para a consecução conjunta dos objetivos da Estratégia Europa 2020.

Agora, dispomos de uma «regulamentação abrangente» que regula os instrumentos da política estrutural e de investimento que estão ligados às metas da Europa 2020. Isto representa um grande passo em direção a uma maior coerência, impacto e visibilidade no terreno em toda a Europa. Além disso, através dos Acordos de Parceira e dos programas operacionais, os Estados-Membros e as regiões assumem a responsabilidade pela sua estratégia e comprometem-se a concretizá-la.

▶ A CAMINHO DA DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS

OS ACORDOS DE PARCERIA E OS PROGRAMAS OPERACIONAIS COMEÇAM A TOMAR FORMA



Um agricultor e proprietário de uma turbina eólica na Academia de Energia da ilha de Samsø, Dinamarca, um ponto central para a investigação e a informação no âmbito das energias renováveis e sustentáveis.

Após o acordo alcançado sobre o pacote legislativo da política de coesão e a sua entrada em vigor, as atenções centram-se agora na aprovação e implementação dos Acordos de Parceria e dos Programas Operacionais. Espera-se que muitos Estados-Membros enviem formalmente os seus Acordos de Parceria provisórios em fevereiro. Estes acordos devem estar em consonância com os objetivos de crescimento da UE e a Estratégia Europa 2020.

Preparativos em fase adiantada

Já foram realizados esforços consideráveis com vista a acelerar a preparação dos Acordos de Parceria (AP) e dos Programas Operacionais (PO). Em junho de 2012, a Comissão convidou os Estados-Membros a encetar um diálogo informal no âmbito da programação para o próximo período. Posteriormente, ainda em 2012, enviou posições escritas a todos os Estados-Membros onde expôs os seus pontos de vista quando às necessidades de desenvolvimento e prioridades de financiamento para os Fundos Estruturais e de Investimento Europeus (EIE) de cada Estado-Membro.

Este processo informal foi levado a cabo para permitir que os investimentos no crescimento, na competitividade e no emprego nas regiões comecem logo no início do novo período.

Os Estados-Membros aproveitaram ao máximo este diálogo informal e vários enviaram as suas propostas de Acordos de Parceria para que estas fossem cuidadosamente analisadas pelos peritos da Comissão. Foram devolvidas observações informais sobre estes documentos provisórios e, em muitos casos, também sobre os PO propostos.

Muitos Estados-Membros encontram-se agora numa fase adiantada da elaboração dos seus Acordos de Parceria e a Comissão espera que estes possam ser adotados rapidamente, abrindo assim caminho ao início atempado dos investimentos no terreno.

A chave para os Acordos de Parceria – um maior alinhamento com a Europa 2020

As prioridades dos Acordos de Parceria devem acompanhar de perto as metas da Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. É essencial que todos os Estados-Membros compreendam a necessidade de concentrar os recursos em áreas-chave de crescimento para evitar a dispersão do financiamento por vários objetivos. A política de coesão reformada para 2014-2020 também está profundamente associada à coordenação global da política económica da UE, que é monitorizada através do processo do semestre europeu.

Para aumentar ainda mais a coordenação da política, os Regulamentos preveem a programação de multifundos a partir de 2014-2020. Por conseguinte, o número total de programas será reduzido de 363 PO para 311, dos quais um terço será multifinanciado. Os serviços da Comissão relevantes estão a cooperar estreitamente com os Estados-Membros para facilitar ainda mais uma abordagem comum.

Pensamento inovador

Sob o lema de «crescimento inteligente», os investimentos estão a ser concentrados na inovação e na investigação (I&I), na agenda digital e no apoio às PME. Muitas regiões são agora defensoras da especialização inteligente, compreendendo o seu potencial em matéria de apoio à transformação económica, e estão atualmente a preparar as suas estratégias de investigação e inovação para a especialização inteligente (RIS3), que podem incluir a inovação e as TIC.

A prioridade dada à I&I, em particular na investigação empresarial, criou um aumento significativo do investimento nessa área em comparação com os períodos de programação anteriores. Alguns Estados-Membros apresentaram programas que estabelecem ligações nítidas entre a economia digital e a inovação.

Quase todos os Estados-Membros encaram o aumento da competitividade das pequenas e médias empresas (PME) como um elemento essencial para as estratégias de crescimento nacional e regional. No entanto, em muitos casos, não é dada atenção suficiente às atividades de valor acrescentado, que proporcionarão o crescimento a longo prazo mais sustentável.

O financiamento às pequenas empresas continua a ser um dos maiores pontos de estrangulamento em vários Estados-Membros, o que resultou na inclusão de uma cláusula que afirmava que «as negociações de programação dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus (ESIF) deverão ser utilizadas para aumentar substancialmente o apoio da UE a partir desses fundos a instrumentos financeiros baseados na alavancagem a favor das PME em 2014-2020 e duplicar, no mínimo, o apoio nos países onde as condições continuam a ser difíceis» nas conclusões do Conselho Europeu para outubro de 2013, e é necessário para desbloquear o fluxo de crédito.

A Comissão tem vindo a encorajar os Estados-Membros a avaliar o método mais eficaz de utilização dos instrumentos financeiros neste contexto, com base numa avaliação *ex ante* que identifique falhas de mercado ou situações de investimentos subaproveitados, as respetivas necessidades de investimento, potenciais participações do setor privado e o valor acrescentado resultante da implementação dos instrumentos financeiros em questão.

O apoio do programa do ESIF pode contribuir para os instrumentos financeiros criados a nível nacional, regional, transnacional ou transfronteiriço e geridos por ou sob

«**Acredito firmemente que um programa é mais do que uma soma de projetos individuais. Um programa deve apresentar uma forte visão de desenvolvimento estratégico para os próximos anos para a região envolvida. Os projetos terão de seguir essa visão.**»

COMISSÁRIO JOHANNES HAHN

a responsabilidade da autoridade de gestão. Também pode contribuir para os instrumentos financeiros criados ao nível da UE e geridos pela Comissão. Foram incluídas disposições específicas que visam a implementação de instrumentos financeiros dedicados que combinem Fundos EIE com outras fontes do orçamento da UE e recursos do BEI/FEI com vista a estimular os empréstimos bancários às PME.

Europa verde

O crescimento sustentável está no centro de três dos objetivos temáticos da política de coesão, nomeadamente: o apoio à transição para uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono; a promoção da adaptação, da prevenção e da gestão de riscos associados às alterações climáticas; a proteção do ambiente e promoção da eficiência dos recursos. Esta posição está patente nos Acordos de Parceria de vários Estados-Membros, onde os domínios da energia, das alterações climáticas e do ambiente estão bem integrados na estratégia global de crescimento económico e na avaliação das necessidades de desenvolvimento.

Em muitos Acordos de Parceria é dada uma ênfase particular à eficiência energética ou às energias renováveis. Alguns Estados-Membros aliaram o crescimento «inteligente» ao «crescimento verde» através da integração do ambiente, da energia e das alterações climáticas em abordagens de especialização inteligente. No entanto, em muitos casos, a integração do desenvolvimento sustentável não está suficientemente avançada, faltando-lhe os elementos práticos que garantirão verdadeiramente a implementação das dimensões climáticas, ambientais e energéticas a todos os níveis.

No domínio dos transportes, torna-se claro que quase todos os Estados-Membros consideram agora que a abordagem mais estratégica definida no novo Regulamento é um passo positivo. Contudo, o estabelecimento de estratégias nacionais de transportes credíveis com mecanismos de coordenação claros que fomentem as sinergias com a Facilidade «Interligar a Europa», no âmbito das redes RTE-T, será fundamental para evitar a tentação de investir em pequenos projetos isolados com um impacto reduzido, como estradas locais.

Investir em pessoas

Pela primeira vez na sua história, será atribuída uma quota garantida mínima ao Fundo Social Europeu no âmbito do orçamento global da política de coesão. É essencial assegurar que a reserva de 20% do Fundo para a consecução do objetivo temático de inclusão social é respeitada a nível nacional.

Já é possível constatar que a maioria dos Estados-Membros está a dar uma grande atenção aos objetivos temáticos de crescimento inclusivo. Existe uma justificação clara para os investimentos que visam aumentar os níveis de emprego, especialmente entre os jovens, as mulheres e os trabalhadores mais idosos, apoiando a diminuição da pobreza através da inclusão ativa, atingindo as metas ao nível da educação e investindo na aprendizagem ao longo da vida.

Para além disso, em determinadas áreas, como a saúde, a identificação das necessidades de investimento em infraestruturas é um dos principais desafios que os Estados-Membros têm de enfrentar. Esta medida deverá contribuir para a consecução do objetivo de redução da pobreza através do aumento do acesso aos serviços de saúde.

O apoio às populações ciganas e a outras comunidades marginalizadas é uma prioridade política global. Por conseguinte, é importante que os Acordos de Parceria especifiquem a forma como os Fundos EIE relevantes contribuirão para a implementação dos quatro objetivos de integração dos Roma (educação, emprego, saúde e habitação) de modo integrado, quer através de ações dominantes ou através da focalização explícita mas não exclusiva do financiamento.

Melhor focalização nos resultados

A definição de objetivos claros nos PO para o FEDER, o FSE e o Fundo de Coesão está no centro da orientação para os resultados. Tal representa uma mudança significativa para vários programas.

O número limitado de PO provisórios recebidos até ao momento demonstra a dificuldade da formulação de objetivos bem definidos. Em alguns programas, a forma como os investimentos contribuirão para a consecução dos objetivos do programa não é clara, nomeadamente no domínio das infraestruturas sociais, dos transportes e do turismo. No entanto, as reuniões informais entre as autoridades dos programas e a Comissão têm sido geralmente construtivas e as segundas versões dos programas traduziram-se em melhorias significativas.

A experiência alcançada até ao momento demonstra que a exigência da orientação para os resultados é viável para todos os tipos de programa, mesmo para aqueles que apresentam diferenças ao nível do seu contexto ou volume financeiro.



O projeto «Knowledge Practice Laboratory» que visa desenvolver teorias, ferramentas e modelos práticos para a educação e o local de trabalho, Finlândia.

«Temos de investir agora e fazer todos os possíveis para evitar o atraso do início dos programas. No entanto, devemos elaborar programas de qualidade com uma forte visão de desenvolvimento. A Comissão não sacrificará a qualidade em prol da rapidez.»

COMISSÁRIO JOHANNES HAHN

O quadro de desempenho é outro elemento novo. Só é possível preparar um quadro de desempenho quando a lógica de intervenção de um programa, bem como a sua estrutura financeira e os resultados de cada prioridade se estão a tornar nítidos. Por outras palavras, a preparação dos quadros de desempenho só pode ter lugar numa fase relativamente tardia do processo de redação de cada programa.

A definição de objetivos quantificados suficientemente ambiciosos para os indicadores é o principal desafio dos quadros de desempenho.



Cronograma

O denominado Regulamento Disposições Comuns, adotado a 20 de dezembro de 2013, estipula um calendário para o envio e a adoção dos AP e dos PO.

Cada Estado-Membro terá de enviar o seu Acordo de Parceria para a Comissão no prazo de quatro meses após a entrada em vigor do Regulamento. A Comissão, por sua vez, terá de apresentar as suas observações no prazo de três meses após a data de envio do AP e terá de adotar o Acordo no prazo máximo de quatro meses após o seu envio, desde que o Estado-Membro tenha levado em conta de forma adequada as observações da Comissão. Isto significa que, regra geral, os AP poderão ser **adotados antes do final de agosto de 2014**.

Os Estados-Membros terão de enviar os Programas Operacionais no prazo máximo de três meses após o envio do AP. A Comissão formulará observações no prazo de três meses após a data de envio do PO e adotará o PO no prazo máximo de seis meses após a data do seu envio, desde que o Estado-Membro tenha levado em conta de forma adequada as observações da Comissão. Regra geral, portanto, os PO deverão ser **adotados antes do final de janeiro de 2015, no máximo**.

A Comissão continua a trabalhar em estreita colaboração com os Estados-Membros para garantir a adoção do maior número possível de AP e PO durante o mandato da atual Comissão, de modo a permitir a rápida canalização dos investimentos.

ATOS DELEGADOS E DE EXECUÇÃO

O Tratado de Lisboa introduziu um novo sistema de delegação de poderes limitados à Comissão que lhe permite efetuar pequenas alterações às leis, contanto que estas não afetem a legislação «de base» decidida pelo Parlamento e pelo Conselho. Estes são denominados «Atos Delegados» e «Atos de Execução». A Comissão pretende agrupar as capacitações de todo o pacote da política de coesão em cinco atos delegados e publicar três deles antes do início do período de suspensão dos trabalhos para as eleições para o PE (14 de março, de acordo com o acordo interinstitucional relevante). Um destes atos delegados é o «Código de Conduta Europeu».

«O Código de Conduta Europeu – uma abordagem de parceria reforçada ao planeamento e à despesa»

O código estabeleceu um conjunto comum de normas para facilitar a consulta, a participação e o diálogo com os parceiros durante o planeamento, a implementação, o acompanhamento e a avaliação dos projetos financiados pelos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus.

Os Estados-Membros devem reforçar a cooperação entre as respetivas autoridades responsáveis pelo investimento dos Fundos EIE e os parceiros de projetos, tal como as autoridades regionais, locais, urbanas ou outras autoridades públicas, os sindicatos, os empregadores, as ONG e os organismos responsáveis pela promoção da inclusão social, da igualdade de género e da não discriminação.

Todos os Estados-Membros terão de respeitar estas regras quando finalizarem os programas de financiamento que irão propor à Comissão para o período 2014-2020.

O código de conduta entrará em vigor apenas se o Conselho e o PE não levantarem objeções no prazo de dois meses após a sua adoção pela Comissão Europeia (7 de janeiro).

▶ SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/what/future/index_pt.cfm

▶ RESULTADOS CUMULATIVOS E A LONGO PRAZO DA POLÍTICA DE COESÃO

AVALIAÇÃO DE 1989 ATÉ AO PRESENTE

Em simultâneo com o planeamento do período de programação da nova política de coesão, a Comissão tem analisado os resultados a longo prazo da política de coesão.

Uma avaliação experimental recente visou avaliar os resultados cumulativos e a longo prazo dos programas da política de coesão em 15 regiões da UE desde 1989 até ao presente. Também deixou uma série de recomendações para os desenvolvimentos futuros, apoiando a orientação da política para o período 2014-2020.

A avaliação foi realizada pelo European Policies Research Centre (EPRC, Centro de Investigação das Políticas Europeias) em parceria com a London School of Economics. Deu origem a um relatório final e a relatórios aprofundados de estudos de caso para cada região estudada, os quais foram publicados no Web site Inforegio.

Principais constatações

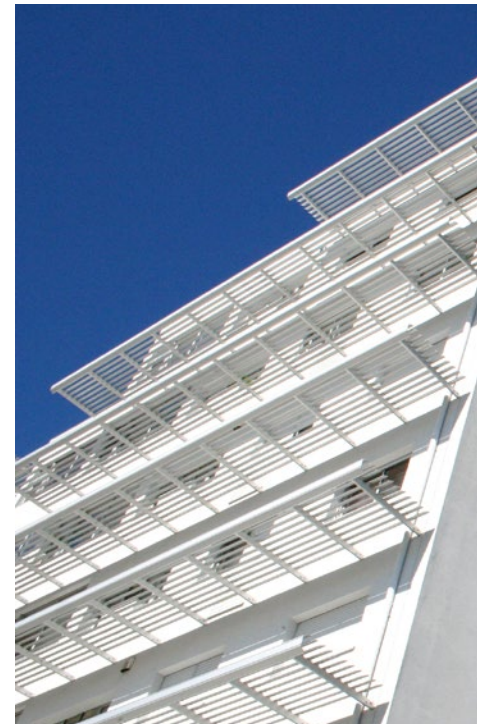
- ▶ Em consonância com um pressuposto comum na época, as primeiras estratégias dos programas orientados para as regiões menos desenvolvidas centravam-se na construção de infraestruturas, na crença de que esta medida conduziria ao crescimento. Em muitos casos, foram conseguidas melhorias significativas. No entanto, existem exemplos de excesso de capacidade e falta de atenção dada à manutenção a longo prazo. Nos anos posteriores, a partir de 2000, a necessidade de investimento no capital humano, na inovação e no setor privado começou a ser mais amplamente reconhecida.
- ▶ Muitas estratégias centravam-se predominantemente no turismo e o investimento em infraestruturas ajudou estas regiões a aumentar o seu valor nesta área. No entanto, a avaliação conclui que, geralmente, o turismo não é suficiente para se tornar uma grande fonte de crescimento.

- ▶ Muitas regiões investiram na coesão social, mas a sustentabilidade a longo prazo destes investimentos quando não há crescimento é questionável.
- ▶ Muitas das regiões mais desenvolvidas depararam-se com problemas ao nível do ajustamento estrutural. Muitas continuaram a investir em empresas tradicionais pouco qualificadas nos primeiros anos e começaram a investir na inovação e na educação apenas nos períodos de programação posteriores. O ajustamento estrutural não é alcançado num único período de programação.

Enfrentar as necessidades e problemas regionais ao longo do tempo

No final da década de 1980, entre as principais necessidades encontravam-se: o subdesenvolvimento em todos os indicadores económicos, sociais e ambientais; a escassez ou a perifericidade da população; uma fraca base económica devido à transição de uma economia de planeamento central ou especialização na agricultura ou indústrias tradicionais; e os efeitos dos desequilíbrios espaciais ou do mercado de trabalho.

Com o passar do tempo, algumas regiões mostraram-se capazes de ultrapassar os seus desafios iniciais, enquanto outras se depararam com dificuldades. Os maiores progressos foram alcançados nos domínios das infraestruturas para serviços públicos básicos e transportes e a prestação de serviços públicos. De entre os vários tipos de necessidades, os mais resilientes e resistentes à política têm sido os baixos níveis de I&D do setor privado.





A área residencial de Vila d'Este, no Norte de Portugal, foi submetida a grandes obras de renovação graças ao financiamento do FEDER. Além dos ganhos de eficiência energética conseguidos graças a melhorias estruturais, a reforma estética tornou a área mais atrativa para residentes e visitantes.

REGIÕES AVALIADAS

Menos desenvolvidas:

Sachsen-Anhalt (DE); Dytiki Hellada (EL); Galiza (ES); Andaluzia (ES); Campânia (IT); Norte (PT)

Menos desenvolvidas em 1989

mas mais desenvolvidas agora:

Irlanda; Nord-Pas de Calais (FR); Basilicata (IT); Burgenland (AT); Algarve (PT); Itä-Suomi (FI)

Mais desenvolvidas:

Nordrhein-Westfalen (DE); Aquitânia (FR); Nordeste de Inglaterra (UK)

No final da década de 1980, algumas regiões determinaram que a acessibilidade e a comunicação eram as verdadeiras necessidades subjacentes e foi dada prioridade a estes domínios. No entanto, tais decisões subestimaram a importância da alteração da estrutura produtiva das regiões.

As regiões menos desenvolvidas tendiam a ter estratégias abrangentes e centradas nas infraestruturas, no investimento em capital humano e no empreendedorismo. Esta tendência persistiu durante o período de estudo, mas a partir de 2000-2006 foi dado um maior relevo à competitividade e IDI (investigação, desenvolvimento e inovação).

As regiões mais desenvolvidas apresentavam estratégias diversificadas centradas no desenvolvimento empresarial através de uma mistura de apoio à oferta e à procura, uma combinação de instrumentos orientados para os *clusters*, novas empresas em fase de arranque e apoio a empresas individuais, e uma ênfase cada vez maior colocada na I&D e na inovação.

A capacidade de definição de metas realistas e identificação de caminhos adequados para a implementação por parte das autoridades dos programas continua a ser uma área que precisa de ser melhorada. Foi sentida uma dificuldade geral na previsão de metas, relacionada com a falta de compreensão dos verdadeiros resultados obtidos pelas intervenções dos programas nos períodos anteriores devido à qualidade variável das informações disponibilizadas pelos sistemas de monitorização e a falta de avaliações *ex post* abrangentes.

Resultados da política de coesão

O nível de eficiência foi superior nas grandes infraestruturas físicas, nos progressos ambientais e nas infraestruturas de inovação e empresariais locais. As regiões depararam-se com dificuldades no ajustamento estrutural, no apoio às empresas, na inovação e no desenvolvimento comunitário. No entanto, a política tem-se mostrado útil para satisfazer as necessidades regionais a longo prazo.

Os diferentes graus de sucesso alcançados pelas 15 regiões na luta contra os diversos desafios de desenvolvimento são, em parte, um resultado natural do âmbito limitado dos programas e da dificuldade de responder a todas as necessidades. No entanto, isto suscita algumas questões acerca da complementaridade (e adicionalidade) dos programas e da sua coerência com políticas públicas internas mais amplas.

A política de coesão deu origem a um efeito transformador a todos os níveis na [Irlanda](#). A transformação económica positiva que aí se verificou esteve associada à integração da economia do país em mercados globais mais amplos. Isto poderá ter afetado a resiliência das melhorias alcançadas, uma vez que a integração do país nas redes económicas globais foi afetada pela crise económica e pelas suas próprias dificuldades económicas atuais.

Num outro grupo de regiões, composto pelo [Algarve](#), [Andaluzia](#) e [Galiza](#), a política de coesão permitiu transformar as economias regionais, o que se refletiu na convergência do PIB com o resto da Europa e na melhoria dos indicadores do mercado

Aerópolis, um parque de tecnologia aeroespacial e parte do programa de incentivo à inovação e ao desenvolvimento empresarial, Andaluzia, Espanha.



Ion Channel Biotechnology Centre (Centro de Biotecnologia do Canal Iónico), região fronteiriça, Irlanda.



de trabalho. No entanto, este progresso parece não ter afetado de forma sustentável as perspetivas de desenvolvimento e a resiliência a longo prazo das regiões. Nestas regiões, a política contribuiu para a conquista de grandes melhorias nas infraestruturas regionais e na prestação de serviços públicos. Contudo, a transformação económica baseou-se amplamente no turismo e nos serviços, enquanto as melhorias na produtividade e nos *clusters* de elevado valor acrescentado se limitaram a segmentos das economias regionais que representam uma proporção relativamente pequena do VAB e do emprego regionais.

Na maioria das regiões, como [Aquitânia](#), [Basilicata](#), [Campânia](#), [Dytiki Ellada](#), [Norte](#) e [Sachsen-Anhalt](#), a política impulsionou a transformação em domínios específicos, mas não teve um impacto mais vasto e pronunciado no crescimento e no emprego (exceto em Basilicata) e não deu resposta a necessidades importantes.

Nas restantes regiões ([Burgenland](#), [Nordrhein-Westfalen](#), [Nordeste de Inglaterra](#), [Itã-Suomi](#) e [Nord-Pas-de-Calais](#)), a política influenciou de forma positiva os fatores de desenvolvimento mais vastos e apoiou a mudança em domínios específicos. No entanto, dada a sua moderada amplitude de intervenção, mostrou-se incapaz de auxiliar de forma decisiva na resolução dos problemas das regiões, as quais, por sua vez, não instigaram uma transformação mais ampla das suas economias.

Implicações para a política futura

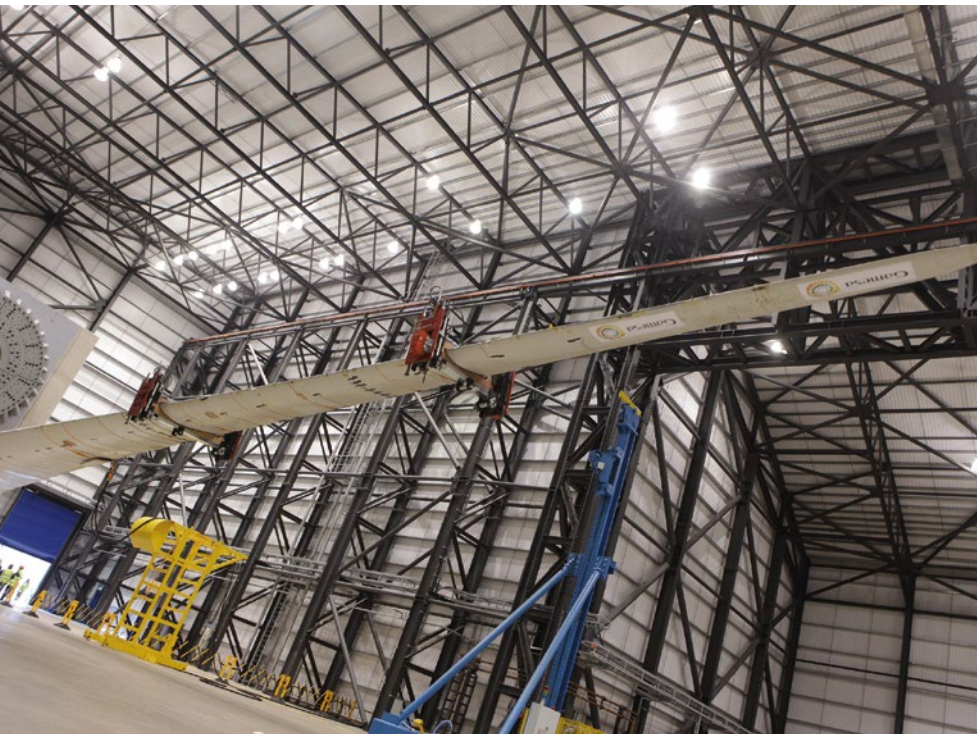
O estudo oferece provas claras que apoiam a direção assumida pela política de coesão em 2014-2020, em particular no que respeita às condicionalidades, à nova orientação para os resultados e à promoção do desenvolvimento de capacidades. As conclusões do estudo demonstram que a intervenção de várias gerações de programas nestas áreas tem sido insuficiente.

Conceção do programa

Todos os estudos de caso destacaram a importância do desenvolvimento de uma estratégia, da inclusão de uma análise das necessidades e desafios regionais, de uma visão para o futuro e da articulação de um plano de desenvolvimento plurianual com objetivos claros subscritos pelos parceiros relevantes. As lições específicas incluem as que se seguem:

- ▶ **Introduzir um pensamento orientado por cenários** – as regiões devem investir no planeamento estratégico e desenvolver atividades de investigação de modo a identificar as necessidades atuais e futuras da região, bem como as potenciais oportunidades que poderão ser concretizadas através de apoio específico.
- ▶ **Incorporar planos de contingência** – as estratégias devem ser flexíveis de forma a serem capazes de lidar com a mudança das necessidades resultante de choques externos ou oportunidades inesperadas.
- ▶ **Uma abordagem a longo prazo à competitividade para garantir a resiliência** – o apoio às alterações da base económica a fim de a tornar mais resistente aos choques económicos é crucial para muitas regiões. Embora as infraestruturas

Instalação de teste de pás de turbinas eólicas, Nordeste de Inglaterra, Reino Unido.



O projeto «Art on Chairs», um dos finalistas dos prémios RegioStars 2014, Norte, Portugal.



continuem a ser necessárias e o apoio ao turismo tenha sido uma resposta útil a médio prazo para as regiões menos desenvolvidas, as regiões devem dar mais atenção a projetos que fomentem o empreendedorismo e a inovação.

- ▶ **Planear realisticamente** – as regiões devem ser realistas no que respeita aos calendários, devem reconhecer que as mudanças poderão ocorrer ao longo de vários ciclos de programação (daí a necessidade de continuidade) e não devem ter perspectivas demasiado ambiciosas sobre o que pode ser alcançado no decorrer de um programa, em particular quando os recursos disponíveis são limitados.
- ▶ **Planear com conhecimento de outros programas de investimento que estejam a ser implementados na região.**

Planeamento estratégico

As autoridades regionais e os Estados-Membros devem investir na criação de capacidade para o desenvolvimento estratégico de forma que as autoridades dos programas possam:

- ▶ pensar a longo prazo;
- ▶ comunicar e discutir abertamente as opções estratégicas com as partes interessadas;
- ▶ reconhecer que os esforços da política devem ser realizados a longo prazo e, conseqüentemente, enquadrar o planeamento de sete anos da política de coesão no âmbito de estratégias regionais mais amplas;
- ▶ aceitar que as condições e necessidades da região podem mudar abruptamente, obrigando os programas a responder à mudança; e
- ▶ capturar as diferentes facetas do desenvolvimento económico, interagindo com outras políticas e programas de despesa.

Orientação para os resultados

Ao longo de sucessivos períodos de programação, os programas foram frequentemente elaborados como veículos de captação de fundos para projetos ou tipos de projetos específicos. Muitas vezes, apresentavam uma ligação muito ténue com uma visão relacionada com o crescimento ou a convergência regional ou eram pouco claros quando à forma de consecução dos objetivos. Existe uma necessidade clara de definição de objetivos a fim de estabelecer a lógica da intervenção com referência aos resultados. Mais concretamente, contudo, esta visão deve ser integrada num modelo de desenvolvimento que demonstre a compreensão do funcionamento da economia regional e a forma como as intervenções financiadas pela UE se «encaixam» nos padrões, tendências e fatores de desenvolvimento.

Para reforçar a orientação para os resultados dos programas, as regiões devem desenvolver abordagens de programação suportadas expressamente por teorias de desenvolvimento subjacentes. Para tal, é necessário pensar sobre a política de uma nova forma. A avaliação ex post deveria tornar-se uma atividade de rotina das autoridades dos programas, para além do trabalho desenvolvido pela Comissão. Além disso, o foco da avaliação deveria passar dos aspetos financeiros e processuais para a eficiência e o impacto.

▶ SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/information/evaluations/index_en.cfm#15

▶ COOPERAÇÃO TERRITORIAL EUROPEIA

▶ REMOÇÃO DE CAMPOS DE MINAS NA FRONTEIRA CROATA COM FUNDOS DA UE

Custo total:
3 530 000 euros
Contribuição da UE:
3 000 000 euros

As minas terrestres escondidas ao longo da fronteira entre a Croácia e a Hungria durante o conflito da década de 1990 na antiga Jugoslávia foram removidas no âmbito de um projeto financiado pela UE. Além de proteger a população local, o projeto abre o caminho para vários projetos transfronteiriços em áreas de conservação da natureza da rede Natura 2000 e fomentará o turismo sustentável.

No início de 2011, a Hungria descobriu um campo de minas anteriormente desconhecido ao longo da sua fronteira com a Croácia no Condado de Osječko-Baranjska, Croácia, e no Condado de Baranya, Hungria. As áreas contaminadas eram uma consequência do conflito que decorreu na década de 1990 na região e, tal como exige a Convenção de Otava sobre minas antipessoal, a Hungria interditiu a presumível área perigosa na sua fronteira sul e alertou para o perigo.

Em setembro de 2011, teve início um projeto desenvolvido pela Croácia e pela Hungria e financiado pela UE para analisar e limpar os perigosos campos de minas. O projeto incluiu igualmente a reabilitação ambiental da área conforme preconizado pela Diretiva Habitats da UE.

O processo de desminagem, que se prolongou por 24 meses, foi o maior alguma vez apoiado pelo Programa de Cooperação Transfronteiriça 2007-2013 do IPA (Instrumento de Assistência de Pré-adesão) húngaro-croata e recebeu cerca de 3 milhões de euros de fundos da UE. Este projeto complementa outros investimentos realizados através do programa nas áreas do ambiente e do turismo sustentável.

Durante o projeto, foram realizadas análises com vista a localizar as minas e foi determinada a sequência prioritária de remoção. No lado húngaro da fronteira, foi limpa ou declarada segura uma área de 1 km², enquanto no lado croata se procedeu à limpeza de uma área de 1,5 km².

A remoção de minas da zona fronteiriça tem sido uma condição prévia para a realização de vários projetos de cooperação transfronteiriça relacionados com a área de conservação Natura 2000.

Após a limpeza da área, estão a ser realizados trabalhos para fomentar o turismo sustentável na zona através do desenvolvimento de rotas de património cultural temáticas e da promoção de passeios de bicicleta centrados nas características históricas da região.

Agora, é possível empreender atividades de preservação da área protegida no Parque Nacional Drava-Danúbio sem colocar a população em risco. Também é mais fácil manter o nível dos diques e lutar contra as cheias na zona fronteiriça. Além disso, a terra ficou novamente disponível para utilização agrícola.

▶ SAIBA MAIS

www.hu-hr-ipa.com/en/funded-project/46

▶ ROMÉLIA

▶ REFORÇO DOS SERVIÇOS DE EMERGÊNCIA NO CENTRO DA ROMÉLIA

Os serviços de emergência do centro da Roménia receberam apoio através de um investimento em equipamento e formação cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). A aquisição de uma nova frota de veículos especializados permitiu reduzir significativamente os tempos de resposta de emergência na região.

O projeto destinado a apoiar os serviços de emergência da região romena de Centru incluiu a compra de 40 novos veículos, incluindo 24 veículos de resposta de emergência móvel equipados com equipamento de primeiros socorros, de extinção de incêndios e de extração. Os novos veículos incluem ainda camiões de combate a incêndios e veículos equipados com equipamento de corte especializado para permitir a libertação de pessoas em caso de acidente.

Além disso, foram adquiridos três veículos destinados à investigação no âmbito da resposta a acidentes nucleares, biológicos, químicos ou radiológicos, juntamente com equipamento específico destinado a melhorar a comunicação do centro de comando e controlo em caso de grandes incidentes.

O pacote de investimento apoiado pelo FEDER faz parte da estratégia nacional da Roménia destinada a reforçar a gestão de situações de emergência e melhorar a assistência médica de emergência em todo o país. No total, o número de unidades móveis de resposta de emergência na região aumentou de 87 para 127. De acordo com o plano, foram estabelecidos oito centros regionais de comando e controlo para coordenar a resposta a catástrofes e acidentes e 647 pessoas beneficiaram de um programa de formação.

O programa de investimento permitiu reduzir significativamente o tempo médio de resposta das unidades móveis de emergência de 48 minutos para 27 minutos nas áreas rurais e de 25 minutos para 13 minutos nas áreas urbanas. Agora, os serviços de emergência têm equipamentos mais adequados para enfrentar as áreas montanhosas remotas durante os meses de inverno, o que constituiu sempre um grande desafio.

«Os 40 novos veículos de emergência adquiridos pela região de Centru melhoraram significativamente a capacidade de resposta a situações de catástrofe», comentou Simon Cretu, Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento Regional de Centru. «Os tempos de intervenção foram reduzidos graças ao equipamento profissional avançado e ao trabalho das equipas profissionais e devidamente qualificadas, o que ajudou a salvar vidas em casos extremos.»



Custo total:
8 600 000 euros
Contribuição da UE:
6 140 000 euros

▶ SAIBA MAIS

www.regio-adrcentru.ro/Detaliu.aspx?t=COMComunicate&eID=1154



Uma grande melhoria do porto mais importante do Chipre, localizado em Limassol, possibilitará o acesso de um maior número de navios, incluindo a última geração de navios porta-contentores de grandes dimensões (ULCS, Ultra Large Container Ships) e o aumento da capacidade de movimentação de contentores.

Limassol é um dos portos mais movimentados do mar Mediterrâneo e foi objeto de uma grande operação de expansão da área portuária e dragagem para poder receber uma nova geração de navios de passageiros e de carga de maiores dimensões.

O novo porto de Lemesos, como Limassol também é conhecido, está operacional desde 1974. Foi construído, em grande medida, para substituir as atividades do antigo porto (agora utilizado maioritariamente por navios de pesca) e tornou-se no principal porto do Chipre desde que o porto de Famagusta, no lado oriental do país, deixou de se encontrar sob o controlo efetivo do governo da República do Chipre.

Recebe dois terços do tráfego total de contentores gerado localmente e do transbordo, bem como todo o volume das importações de cereais. Atualmente, este porto recebe mais de 90% do tráfego de passageiros do país.

O projeto em duas etapas já aumentou a profundidade do porto para 16 metros na bacia ocidental (anteriormente tinha uma profundidade entre 11 m e 14 m) e para 17 metros no canal de entrada e na área de rotação do porto. O reforço dos cais existentes e de partes do quebra-mar do porto é outra tarefa já concluída.

O trabalho de construção da segunda etapa do projeto começou no início de 2013 e implica uma expansão de 500 metros dos muros dos cais (que têm um comprimento

atual de 770 m) na bacia ocidental do porto. A conclusão da segunda etapa está agendada para o verão de 2015.

Um projeto relacionado envolve a construção de um novo terminal de passageiros. Em conjunto, estes projetos aumentarão significativamente a capacidade do porto mais importante do Chipre. Este transformar-se-á num importante centro para navios de passageiros e de carga e pretende tornar-se um concorrente importante no mercado dos serviços de transbordo. A capacidade de movimentação de contentores registará um aumento de 643 000 TEU por ano para mais de um milhão (TEU é uma medida utilizada para descrever a capacidade dos contentores e significa «unidade equivalente a vinte pés»).

Para apoiar a expansão do porto, foi iniciado um grande projeto de construção de estradas com vista a reforçar as ligações entre o porto de Limassol e a rede de auto-estradas do país. O valor total do investimento no projeto que liga o novo porto à autoestrada Limassol-Pafos ascende a 126 milhões de euros, com um contributo de 90 milhões de euros por parte do Fundo de Coesão da UE. Este projeto contribuirá também para diminuir o congestionamento e reduzir a poluição em torno da zona portuária.

Espera-se que as melhorias das instalações do principal porto do país e do acesso ao mesmo transformem Limassol num porto altamente eficiente, tecnologicamente avançado e competitivo e lhe permitam alcançar uma posição de liderança no Mediterrâneo Oriental para servir o comércio, o comércio de trânsito e os cruzeiros cipriotas. Além disso, melhorarão a acessibilidade à UE e a outros mercados e criarão oportunidades de investimento e de negócios.

▶ SAIBA MAIS
www.cpa.gov.cy

▶ FRANÇA

▶ NEGÓCIO EM EXPANSÃO PARA EMPRESA DE CIRURGIA ROBÓTICA

Uma PME de tecnologia médica apoiada por um projeto de investimento ao abrigo da iniciativa JEREMIE de Languedoc-Roussillon ganha cada vez mais relevo no panorama internacional e foi recentemente cotada na bolsa de valores EuroNext de Paris.

A empresa Medtech SAS, sediada em Montpellier, foi fundada em 2002 com o objetivo de desenvolver robôs capazes de prestar assistência a cirurgiões em operações difíceis que requerem um grande nível de precisão. BRIGIT™, o primeiro robô desenvolvido pela empresa, destinava-se à cirurgia ortopédica e foi vendido em 2006 à Zimmer Inc., uma líder mundial na área da cirurgia ortopédica.

Em seguida, a Medtech desenvolveu o projeto ROSA™, uma nova geração de braços de robô cirúrgicos guiados por laser dedicados à realização de procedimentos neurocirúrgicos. Este dispositivo apoia e complementa o trabalho do neurocirurgião em operações delicadas ao cérebro. Em 2009,



Custo total:
22 000 000 euros
Contribuição da UE:
4 500 000 euros

ROSA™ recebeu a aprovação para comercialização na Europa com a marca CE, bem como a aprovação da FDA nos EUA e a Health Canada Homologation no Canadá. Atualmente, é utilizado pelos melhores neurocirurgiões em hospitais da Europa, da América do Norte e da Ásia. A empresa está a desenvolver uma versão do ROSA™ destinada a realizar operações à coluna com a mesma precisão extrema.

A Medtech SAS emprega 20 pessoas em Montpellier e tem escritórios em Nova Iorque e no Canadá, distribuidores em todo o mundo e uma presença em cerca de trinta países.

No final de 2012, a Medtech assegurou um financiamento de 4,5 milhões de euros de um consórcio da Soridec, da SAS JEREMIE LR e da Midi-capital com vista a apoiar o seu crescimento. A empresa continua a seguir o seu caminho de crescimento ambicioso e espera alcançar um aumento de 50% nas vendas em 2014, chegando aos 3 milhões de euros. Em novembro de 2013, a empresa angariou mais 20 milhões de euros através de uma oferta de venda (OPI) na bolsa de valores EnterNext de Paris, a subsidiária da NYSE Euronext dedicada à promoção e ao crescimento do mercado das PME. O financiamento adicional contribuirá para acelerar a evolução do mercado com ênfase em mercados como a Itália, a Espanha, a Alemanha e os Estados Unidos.

JEREMIE

JEREMIE (*Recursos Europeus Conjuntos Destinados às Empresas de Micro a Média Dimensão*) é uma iniciativa da Comissão Europeia desenvolvida em conjunto com o Fundo Europeu de Investimento (FEI). Esta iniciativa visa promover a utilização de instrumentos de engenharia financeira a fim de melhorar o acesso ao financiamento por parte das PME através de intervenções dos Fundos Estruturais. O Fundo de Participação JEREMIE para Languedoc-Roussillon no valor de 30 milhões de euros é financiado em parte pelo FEDER (15 milhões de euros) e pelo Conselho Regional de Languedoc-Roussillon (15 milhões de euros); o Estado francês atua na qualidade de autoridade de gestão e o FEI é responsável pela gestão do Fundo. Visa disponibilizar financiamento de apoio por meio de três instrumentos financeiros: a) um *instrumento de empréstimo com comparticipação nos riscos* para empresas em fase de arranque inovadoras; b) um *instrumento de investimento* para PME com um grande potencial de crescimento; c) um *instrumento de garantia de carteiras* para reforçar a competitividade das PME.

▶ SAIBA MAIS

<http://medtech.fr/en/home>

▶ AGENDA

31 DE MARÇO DE 2014

_Bruxelas (BE)

**Cerimónia de entrega
dos Prémios RegioStars**

**8 A 9 DE SETEMBRO
DE 2014**

_Bruxelas (BE)

Sexto Fórum sobre a Coesão

**30 DE SETEMBRO
E 1 DE OUTUBRO
DE 2014**

_Bruxelas (BE)

**Fórum das Regiões
Ultraperiféricas
(Fórum RUP)**

**6 A 9 DE OUTUBRO
DE 2014**

_Bruxelas (BE)

OPEN DAYS

Poderá encontrar mais informações sobre estes eventos na secção Agenda do Web site Inforegio:

http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/agenda/index_pt.cfm

MANTENHA-SE LIGADO

 www.ec.europa.eu/inforegio

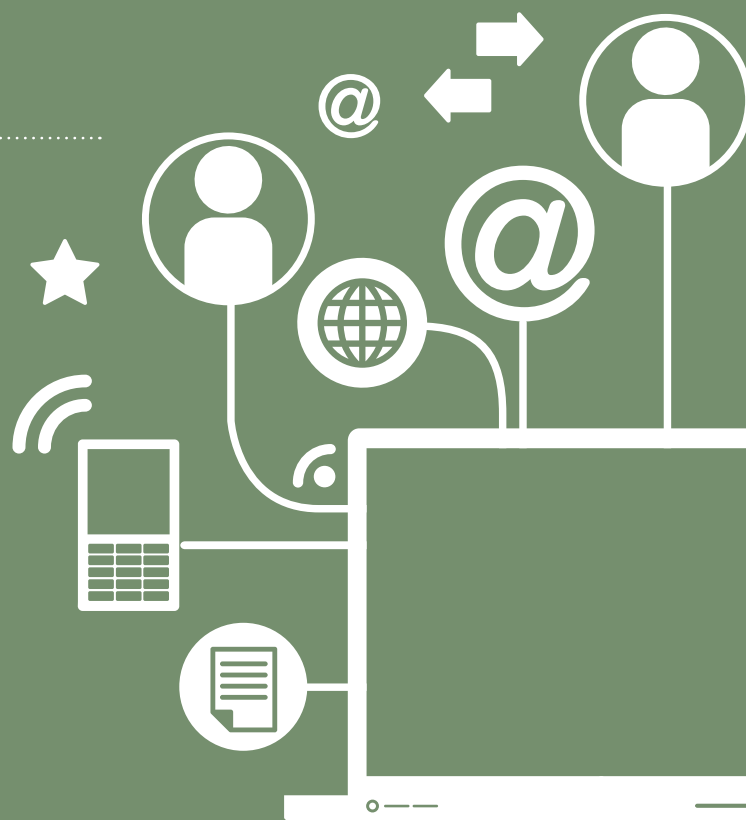
 www.twitter.com/@EU_Regional

 www.yammer.com/regionetwork
Plataforma colaborativa da DG REGIO

 www.flickr.com/euregional

 Inscreva-se no nosso «REGIOFLASH»
www.inforegiodoc.eu

 www.twitter.com/@JHahnEU



■ Serviço das Publicações

Comissão Europeia, Direcção-Geral da Política Regional e Urbana
Comunicação – Ana-Paula Laissy
Avenue de Beaulieu 1 – B-1160 Bruxelas
Courriel: regio-panorama@ec.europa.eu
Internet: http://ec.europa.eu/regional_policy/index_pt.cfm

